

SUMÁRIO

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA 45

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A VIDA.... 45

1. Introdução	45
2. Homicídio	46
2.1. Considerações iniciais	47
2.2. Homicídio simples.....	48
2.2.1. Sujeitos do crime	48
2.2.2. Conduta	49
2.2.3. Voluntariedade	50
2.2.4. Consumação e tentativa	53
2.3. Privilegiadoras, qualificadoras e majorantes do homicídio doloso	54
2.3.1. Homicídio privilegiado (caso de diminuição de pena)	54
2.3.2. Homicídio qualificado	57
2.3.3. Homicídio doloso majorado	79
2.4. Homicídio culposo	81
2.4.1. Homicídio culposo majorado...	82
2.5. Perdão judicial.....	85
2.6. Ação penal	87
2.7. Princípio da especialidade	87
3. Feminicídio	87
3.1. Considerações iniciais	88
3.2. Sujeitos do crime	89
3.3. Conduta.....	89
3.4. Voluntariedade	91
3.5. Consumação e tentativa	91
3.6. Majorantes de pena.....	91
3.7. Concurso de pessoas.....	94
3.8. Ação penal	94
4. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	94
4.1. Considerações iniciais	95
4.2. Sujeitos do crime	98
4.3. Conduta.....	100
4.4. Voluntariedade	105
4.5. Consumação e tentativa	105
4.6. Majorantes de pena.....	107

4.7. Duelo americano, roleta russa e pacto de morte (ambicídio)	110
4.8. Testemunhas de Jeová	110
4.9. O denominado “Desafio da Baleia Azul”	111
4.10. Ação penal	112
4.11. Princípio da especialidade	112
5. Infanticídio	112
5.1. Considerações iniciais	113
5.2. Sujeitos do crime	113
5.3. Conduta.....	114
5.4. Voluntariedade	116
5.5. Consumação e tentativa	117
5.6. Ação penal	117
6. Aborto	117
6.1. Introdução.....	117
6.2. Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.....	119
6.2.1. Considerações iniciais	120
6.2.2. Sujeitos do crime	120
6.2.3. Conduta	121
6.2.4. Voluntariedade	121
6.2.5. Consumação e tentativa	122
6.2.6. Ação penal	122
6.3. Aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante	122
6.3.1. Considerações iniciais	123
6.3.2. Sujeitos do crime	123
6.3.3. Conduta	123
6.3.4. Voluntariedade	123
6.3.5. Consumação e tentativa	123
6.3.6. Ação penal	124
6.4. Aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante	124
6.4.1. Considerações iniciais	124
6.4.2. Sujeitos do crime	124
6.4.3. Conduta	124
6.4.4. Voluntariedade	124
6.4.5. Consumação e tentativa	125
6.4.6. Dissenso presumido.....	125
6.4.7. Ação penal	125

6.5. Aborto majorado pelo resultado	125	2.13. Lesão corporal cometida nas dependências de instituição de ensino.....	155
6.5.1. Considerações gerais	125	2.14. Lesão corporal contra a mulher por razões da condição do sexo feminino .	157
6.6. Aborto legal: exclusão do crime. Ação penal	126	2.15. Ação penal	158
6.6.1. Considerações gerais	127	2.16. Princípio da especialidade	162
6.6.2. Aborto necessário.....	127		
6.6.3. Aborto sentimental.....	128		
6.6.4. Aborto do feto anencefálico	132		
CAPÍTULO II – DAS LESÕES CORPORAIS	135	CAPÍTULO III – PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	163
1. Introdução.....	135	1. Introdução.....	163
2. Lesão corporal.....	135	2. Perigo de contágio venéreo	164
2.1. Considerações iniciais	137	2.1. Considerações iniciais	165
2.2. Sujeitos do crime	138	2.2. Sujeitos do crime	165
2.3. Conduta.....	139	2.3. Conduta.....	166
2.4. Voluntariedade	140	2.4. Voluntariedade	167
2.5. Consumação e tentativa	141	2.5. Consumação e tentativa	169
2.6. Lesão corporal dolosa de natureza leve.....	141	2.6. Ação penal	170
2.7. Qualificadoras, majorantes de pena e forma privilegiada.....	141	3. Perigo de contágio de moléstia grave	170
2.7.1. Lesão corporal de natureza grave	141	3.1. Considerações iniciais	170
2.7.2. Lesão corporal de natureza gravíssima	144	3.2. Sujeitos do crime	170
2.7.3. Coexistência de qualificadoras	149	3.3. Conduta.....	171
2.7.4. Lesão corporal seguida de morte	149	3.4. Voluntariedade	172
2.7.5. Lesão corporal dolosa privilegiada	149	3.5. Consumação e tentativa	172
2.7.6. Lesão corporal dolosa (ou preterdolosa) majorada	150	3.6. Ação penal	173
2.8. Substituição da pena.....	150	4. Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	173
2.9. Lesão corporal culposa	150	4.1. Considerações iniciais	173
2.9.1. Lesão corporal culposa majorada	151	4.2. Sujeitos do crime	174
2.10. Perdão judicial.....	151	4.3. Conduta.....	174
2.11. Violência doméstica e familiar	152	4.4. Voluntariedade	175
2.11.1. Lesão corporal leve qualificada pela violência doméstica familiar	152	4.5. Consumação e tentativa	175
2.11.2. Lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte majorada pela violência doméstica familiar.....	154	4.6. Majorante de pena	176
2.11.3. Lesão corporal leve no ambiente doméstico e familiar contra pessoa com deficiência.....	154	4.7. Ação penal	176
2.12. Lesão corporal contra autoridade ou agente de segurança pública ou integrante do sistema de justiça	155	5. Abandono de incapaz.....	176
		5.1. Considerações iniciais	177
		5.2. Sujeitos do crime	177
		5.3. Conduta.....	177
		5.4. Voluntariedade	178
		5.5. Consumação e tentativa	178
		5.6. Qualificadoras e majorantes de pena .	179
		5.6.1. Qualificadoras	179
		5.6.2. Majorantes de pena.....	179
		5.7. Ação penal	179
		5.8. Princípio da especialidade	180
		6. Exposição ou abandono de recém-nascido ...	180
		6.1. Considerações iniciais	180
		6.2. Sujeitos do crime	181
		6.3. Conduta.....	182
		6.4. Voluntariedade	183
		6.5. Consumação e tentativa	183

6.6.	Qualificadoras	183	2.1.	Considerações iniciais	209
6.7.	Ação penal	183	2.2.	Sujeitos do crime	209
7.	Omissão de socorro.....	183	2.3.	Conduta.....	212
7.1.	Considerações iniciais	184	2.4.	Voluntariedade	213
7.2.	Sujeitos do crime	184	2.5.	Consumação e tentativa	214
7.3.	Conduta.....	186	2.6.	Exceção da verdade	215
7.4.	Voluntariedade	187	2.7.	Exceção de notoriedade.....	216
7.5.	Consumação e tentativa	188	2.8.	Ação penal	217
7.6.	Majorante de pena	188	2.9.	Princípio da especialidade	217
7.7.	Ação penal	189	3.	Difamação	217
7.8.	Princípio da especialidade	189	3.1.	Considerações iniciais	217
8.	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	190	3.2.	Sujeitos do crime	218
8.1.	Considerações iniciais	191	3.3.	Conduta.....	218
8.2.	Sujeitos do crime	191	3.4.	Voluntariedade	219
8.3.	Conduta.....	192	3.5.	Consumação e tentativa	219
8.4.	Voluntariedade	193	3.6.	Exceção da verdade	220
8.5.	Consumação e tentativa	193	3.7.	Exceção de notoriedade.....	220
8.6.	Majorantes.....	193	3.8.	Ação penal	220
8.7.	Ação penal	193	3.9.	Princípio da especialidade	221
8.8.	Princípio da especialidade	194	4.	Injúria	221
9.	Maus-tratos.....	194	4.1.	Considerações iniciais	221
9.1.	Considerações iniciais	194	4.2.	Sujeitos do crime	222
9.2.	Sujeitos do crime	194	4.3.	Conduta.....	222
9.3.	Conduta.....	195	4.4.	Voluntariedade	223
9.4.	Voluntariedade	197	4.5.	Consumação e tentativa	224
9.5.	Consumação e tentativa	198	4.6.	Exceção da verdade e de notoriedade	225
9.6.	Qualificadoras e majorantes de pena .	198	4.7.	Provocação. Retorsão (§ 1º).....	225
9.6.1.	Qualificadoras	198	4.8.	Qualificadoras	226
9.6.2.	Majorantes de pena.....	199	4.8.1.	Injúria real (§ 2º).....	226
9.7.	Ação penal	199	4.8.2.	Injúria qualificada por preconceito (§ 3º)	226
9.8.	Princípio da especialidade	199	4.9.	Ação penal	231
CAPÍTULO IV – DA RIXA.....	200		4.10.	Princípio da especialidade	231
1.	Introdução.....	200	5.	Disposições comuns.....	231
2.	Rixa.....	200	5.1.	Majorantes de pena.....	232
2.1.	Considerações iniciais	200	5.2.	Exclusão do crime	235
2.2.	Sujeitos do crime	201	5.2.1.	Considerações gerais	235
2.3.	Conduta.....	201	5.3.	Retratação	241
2.4.	Voluntariedade	202	5.3.1.	Considerações gerais	242
2.5.	Consumação e tentativa	202	5.4.	Pedido de explicações.....	243
2.6.	Qualificadora.....	204	5.4.1.	Considerações gerais	243
2.7.	Ação penal	205	5.5.	Ação penal	244
2.8.	Princípio da especialidade	206	5.5.1.	Considerações gerais	244
CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A HONRA	206				
1.	Introdução.....	206			
2.	Calúnia.....	209			

CAPÍTULO VI – CRIMES CONTRA A**LIBERDADE INDIVIDUAL..... 246****SEÇÃO I – CRIMES CONTRA A LIBERDADE****PESSOAL..... 246**

1. Introdução.....	246
2. Constrangimento ilegal.....	247
2.1. Considerações iniciais.....	247
2.2. Sujeitos do crime.....	248
2.3. Conduta.....	248
2.4. Voluntariedade.....	250
2.5. Consumação e tentativa.....	250
2.6. Majorante de pena e cúmulo material.....	250
2.7. Exclusão do crime.....	251
2.8. Ação penal.....	252
2.9. Princípio da especialidade.....	252
3. Intimidação sistemática (bullying).....	253
3.1. Considerações iniciais.....	253
3.2. Sujeitos do crime.....	255
3.3. Conduta.....	255
3.4. Voluntariedade.....	257
3.5. Consumação e tentativa.....	258
3.6. Ação penal.....	258
4. Ameaça.....	258
4.1. Considerações iniciais.....	258
4.2. Sujeitos do crime.....	259
4.3. Conduta.....	259
4.4. Voluntariedade.....	261
4.5. Consumação e tentativa.....	263
4.6. Majorante de pena.....	263
4.7. Ação penal.....	264
4.8. Princípio da especialidade.....	265
5. Perseguição.....	265
5.1. Considerações iniciais.....	266
5.2. Sujeitos do crime.....	266
5.3. Conduta.....	267
5.4. Voluntariedade.....	271
5.5. Consumação e tentativa.....	271
5.6. Majorantes.....	271
5.7. Ação penal.....	272
6. Violência psicológica contra a mulher.....	273
6.1. Considerações iniciais.....	273
6.2. Sujeitos do crime.....	275
6.3. Conduta.....	275
6.4. Voluntariedade.....	277
6.5. Consumação e tentativa.....	278
6.6. Causa de aumento de pena.....	278
6.7. Standard probatório.....	279

6.8. Conflito aparente de normas.....	279
6.9. Ação penal.....	281
7. Sequestro e cárcere privado.....	281
7.1. Considerações iniciais.....	282
7.2. Sujeitos do crime.....	282
7.3. Conduta.....	283
7.4. Voluntariedade.....	285
7.5. Consumação e tentativa.....	286
7.6. Qualificadoras.....	286
7.7. Ação penal.....	288
7.8. Princípio da especialidade.....	288
8. Redução a condição análoga à de escravo.....	289
8.1. Considerações iniciais.....	289
8.2. Sujeitos do crime.....	291
8.3. Conduta.....	291
8.4. Voluntariedade.....	293
8.5. Consumação e tentativa.....	293
8.6. Majorante de pena.....	293
8.7. Ação penal.....	294
9. Tráfico de pessoas.....	294
9.1. Considerações iniciais.....	294
9.2. Sujeitos do crime.....	296
9.3. Conduta.....	296
9.4. Voluntariedade.....	300
9.5. Consumação e tentativa.....	304
9.6. Majorantes da pena.....	305
9.7. Minorante da pena.....	307
9.8. Ação penal.....	308
9.9. Prescrição.....	308

SEÇÃO II – CRIMES CONTRA A**INVOLABILIDADE DO DOMICÍLIO..... 308**

1. Introdução.....	308
2. Violação de domicílio.....	309
2.1. Considerações iniciais.....	309
2.2. Sujeitos do crime.....	310
2.3. Conduta.....	311
2.4. Voluntariedade.....	311
2.5. Consumação e tentativa.....	311
2.6. Qualificadoras e majorantes de pena.....	312
2.6.1. Qualificadoras.....	312
2.6.2. Majorantes de pena.....	313
2.7. Exclusão do crime.....	313
2.8. Casa: conceito.....	314
2.9. Ação penal.....	318
2.10. Princípio da especialidade.....	318

SEÇÃO III – DOS CRIMES CONTRA A**INVOLABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA..... 318**

1. Introdução.....	318
2. Violação de correspondência.....	319
2.1. Revogação do caput do art. 151 do CP .	319
2.2. Considerações iniciais	319
2.3. Sujeitos do crime	320
2.4. Conduta.....	321
2.5. Voluntariedade	323
2.6. Consumação e tentativa	323
3. Sonegação ou destruição de correspondência.....	323
3.1. Considerações gerais.....	323
4. Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica.....	324
4.1. Considerações gerais (§ 1º, II).....	325
4.2. Impedimento de comunicação telegráfica ou radioelétrica ou conversação (§ 1º, III).....	326
4.3. Instalação ou utilização de estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal (§ 1º, IV).....	327
4.4. Qualificadora e majorante de pena	327
4.4.1. Majorante de pena	327
4.4.2. Qualificadora.....	327
4.5. Ação penal	327
4.6. Princípio da especialidade	328
5. Correspondência comercial	328
5.1. Considerações iniciais	328
5.2. Sujeitos do crime	329
5.3. Conduta.....	329
5.4. Voluntariedade	330
5.5. Consumação e tentativa	330
5.6. Ação penal	330

SEÇÃO IV – DOS CRIMES CONTRA A**INVOLABILIDADE DOS SEGREDOS..... 330**

1. Introdução.....	330
2. Divulgação de segredo	330
2.1. Considerações iniciais	331
2.2. Sujeitos do crime	331
2.3. Conduta.....	331
2.4. Voluntariedade	332
2.5. Consumação e tentativa	332
2.6. Divulgação de informações sigilosas da Administração Pública (§ 1º-A)	333
2.7. Ação penal	333
2.8. Princípio da especialidade	334

3. Violação de segredo profissional	334
3.1. Considerações iniciais	334
3.2. Sujeitos do crime	334
3.3. Conduta.....	335
3.4. Voluntariedade	336
3.5. Consumação e tentativa	336
3.6. Ação penal	337
3.7. Princípio da especialidade	337
4. Invasão de dispositivo informático	337
4.1. Considerações iniciais	337
4.2. Sujeitos do crime	339
4.3. Conduta.....	340
4.4. Voluntariedade	343
4.5. Consumação e tentativa	343
4.6. Qualificadora.....	343
4.7. Majorantes.....	344
4.8. Ação penal	344
4.9. Princípio da especialidade	344
5. Ação penal.....	345

TÍTULO II**DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 347****CAPÍTULO I – DO FURTO..... 347**

1. Furto.....	347
1.1. Considerações iniciais	348
1.2. Sujeitos do crime	348
1.3. Conduta.....	349
1.4. Voluntariedade	351
1.5. Consumação e tentativa	352
1.6. Qualificadoras, majorante de pena, forma privilegiada e cláusula de equiparação	355
1.6.1. Majorante: repouso noturno (§ 1º)	355
1.6.2. Furto privilegiado ou mínimo (§ 2º)	357
1.6.3. Cláusula de equiparação (§ 3º)	359
1.6.4. Qualificadoras (§§ 4º, 4º-A, 4º-B, 5º, 6º, 7º e 8º).....	363
1.7. Ação penal	383
1.8. Princípio da especialidade	384
2. Furto de coisa comum.....	384
2.1. Considerações iniciais	384
2.2. Sujeitos do crime	384
2.3. Conduta.....	385
2.4. Voluntariedade	385
2.5. Consumação e tentativa	386
2.6. Ação penal	386

CAPÍTULO II – DO ROUBO E DA EXTORSÃO	386	CAPÍTULO III – DA USURPAÇÃO	430
1. Roubo	386	1. Alteração de limites.....	430
1.1. Considerações iniciais	387	1.1. Considerações iniciais	430
1.2. Sujeitos do crime	387	1.2. Sujeitos do crime	431
1.3. Conduta.....	388	1.3. Conduta.....	431
1.4. Voluntariedade	393	1.4. Voluntariedade	432
1.5. Consumação e tentativa	393	1.5. Consumação e tentativa	432
1.6. Majorantes de pena e qualificadoras ..	397	2. Usurpação de águas.....	432
1.6.1. Roubo que afeta serviços públicos essenciais (§ 1º-A)	397	2.1. Sujeitos do crime	433
1.6.2. Majorantes de pena (§ 2º, § 2º-A e § 2º-B).....	398	2.2. Conduta.....	433
1.6.3. Roubo qualificado pelo resultado (§ 3º).....	408	2.3. Voluntariedade	433
1.7. Ação penal	414	2.4. Consumação e tentativa	433
1.8. Princípio da especialidade	414	3. Esbulho possessório.....	434
2. Extorsão.....	414	3.1. Sujeitos do crime	434
2.1. Considerações iniciais	414	3.2. Conduta.....	434
2.2. Sujeitos do crime	415	3.3. Voluntariedade	436
2.3. Conduta.....	415	3.4. Consumação e tentativa	437
2.4. Voluntariedade	417	4. Concurso material.....	437
2.5. Consumação e tentativa	417	5. Ação penal.....	438
2.6. Majorantes de pena e Qualificadoras.	418	6. Princípio da especialidade	438
2.6.1. Majorantes de pena.....	418	7. Supressão ou alteração de marca em animais	438
2.6.2. Qualificadoras	419	7.1. Considerações iniciais	438
2.7. Ação penal	422	7.2. Sujeitos do crime	438
2.8. Princípio da especialidade	422	7.3. Conduta.....	439
3. Extorsão mediante sequestro	423	7.4. Voluntariedade	439
3.1. Considerações iniciais	423	7.5. Consumação e tentativa	440
3.2. Sujeitos do crime	423	7.6. Ação penal	440
3.3. Conduta.....	424	7.7. Princípio da especialidade	440
3.4. Voluntariedade	424	CAPÍTULO IV – DO DANO	440
3.5. Consumação e tentativa	424	1. Dano.....	440
3.6. Qualificadoras e minorante de pena...	425	1.1. Considerações iniciais	441
3.6.1. Qualificadoras	425	1.2. Sujeitos do crime	441
3.6.2. Delação premiada: causa especial de redução de pena.....	426	1.3. Conduta.....	441
3.7. Ação penal	427	1.4. Voluntariedade	443
3.8. Princípio da especialidade	427	1.5. Consumação e tentativa	444
4. Extorsão indireta	427	1.6. Qualificadoras (parágrafo único).....	444
4.1. Considerações iniciais	427	1.6.1. Se o crime é praticado com violência à pessoa ou grave ameaça (inciso I)	444
4.2. Sujeitos do crime	428	1.6.2. Se o crime é praticado com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave (inciso II).....	445
4.3. Conduta.....	428	1.6.3. Se o crime é praticado contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Mu-	
4.4. Voluntariedade	429		
4.5. Consumação e tentativa	429		
4.6. Ação penal	430		
4.7. Princípio da especialidade	430		

nício ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos (inciso III)	445	2.7. Extinção da punibilidade.....	466
1.6.4. Se o crime é praticado por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima (inciso IV).....	448	2.8. Perdão judicial e privilégio	468
1.7. Ação penal	448	2.9. Ação penal	471
1.8. Princípio da especialidade	448	3. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	471
2. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	448	3.1. Considerações iniciais	471
2.1. Considerações iniciais	449	3.2. Sujeitos do crime	471
2.2. Sujeitos do crime	449	3.3. Conduta.....	472
2.3. Conduta.....	449	3.4. Voluntariedade	473
2.4. Voluntariedade	450	3.5. Consumação e tentativa	473
2.5. Consumação e tentativa	450	4. Apropriação de tesouro	473
2.6. Ação penal	450	4.1. Considerações iniciais	473
3. Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	450	4.2. Sujeitos do crime	474
3.1. Considerações gerais.....	451	4.3. Conduta.....	474
4. Alteração de local especialmente protegido..	451	4.4. Voluntariedade	474
4.1. Considerações gerais.....	451	4.5. Consumação e tentativa	474
5. Ação penal.....	451	5. Apropriação de coisa achada	475
5.1. Considerações gerais.....	451	5.1. Considerações iniciais	475
CAPÍTULO V – DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA....	452	5.2. Sujeitos do crime	475
1. Apropriação indébita.....	452	5.3. Conduta.....	475
1.1. Considerações iniciais	452	5.4. Voluntariedade	476
1.2. Sujeitos do crime	453	5.5. Consumação e tentativa	476
1.3. Conduta.....	453	6. Ação penal.....	477
1.4. Voluntariedade	455	7. Princípio da especialidade	477
1.5. Consumação e tentativa	455	8. Apropriação indébita privilegiada.....	477
1.6. Majorantes de pena.....	456	8.1. Considerações gerais.....	477
1.6.1. Se o agente recebeu a coisa em depósito necessário.....	456	CAPÍTULO VI – DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	477
1.6.2. Em razão da qualidade pessoal do agente	457	1. Estelionato.....	477
1.6.3. Em razão de cargo, ofício, emprego ou profissão	457	1.1. Considerações iniciais	477
1.7. Ação penal	457	1.2. Sujeitos do crime	478
1.8. Princípio da especialidade	457	1.3. Conduta.....	481
2. Apropriação indébita previdenciária.....	458	1.4. Voluntariedade	485
2.1. Considerações iniciais	459	1.5. Consumação e tentativa	486
2.2. Sujeitos do crime	460	2. Disposição de coisa alheia como própria	489
2.3. Conduta.....	460	2.1. Considerações gerais.....	489
2.4. Voluntariedade	462	3. Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria.....	491
2.5. Consumação e tentativa	463	3.1. Considerações gerais.....	491
2.6. Formas assemelhadas.....	465	4. Defraudação de penhor	491
		4.1. Considerações gerais.....	491
		5. Fraude na entrega de coisa	492
		5.1. Considerações gerais.....	492
		6. Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro.....	493
		6.1. Considerações gerais.....	493
		7. Fraude no pagamento por meio de cheque ..	493
		7.1. Considerações gerais.....	493

8. Forma privilegiada, qualificadora e majorantes de pena.....	496	15.5. Consumação e tentativa	532
8.1. Forma Privilegiada	496	15.6. Qualificadora e forma privilegiada.....	532
8.2. Qualificadora	498	15.6.1. Qualificadora.....	532
8.3. Majorantes de pena.....	499	15.6.2. Forma privilegiada	533
8.3.1. Estelionato Previdenciário	502	15.7. Ação penal	533
9. Ação penal.....	504	16. Outras fraudes.....	533
10. Princípio da especialidade	508	16.1. Considerações iniciais	533
11. Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros.....	509	16.2. Sujeitos do crime	534
11.1. Considerações iniciais	509	16.3. Conduta.....	534
11.2. Sujeitos do crime	510	16.3.1. Tomar refeição em restaurante	534
11.3. Conduta.....	510	16.3.2. Alojarse em hotel.....	534
11.4. Voluntariedade	518	16.3.3. Utilizar-se de meio de transporte	535
11.5. Consumação e tentativa	518	16.4. Voluntariedade	536
11.6. Ação penal	518	16.5. Consumação e tentativa	536
12. Duplicata simulada.....	518	16.6. Ação penal	537
12.1. Considerações iniciais	518	17. Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	537
12.2. Sujeitos do crime	519	17.1. Considerações iniciais	538
12.3. Conduta.....	519	17.2. Sujeitos do crime	538
12.4. Voluntariedade	520	17.3. Conduta.....	539
12.5. Consumação e tentativa	521	17.4. Voluntariedade	539
12.6. Forma equiparada.....	521	17.5. Consumação e tentativa	540
12.7. Ação penal	522	17.6. Formas equiparadas.....	540
13. Abuso de incapazes.....	522	17.7. Conduta fraudulenta de acionista.....	545
13.1. Considerações iniciais	522	17.8. Ação penal	546
13.2. Sujeitos do crime	522	18. Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant	546
13.3. Conduta.....	524	18.1. Considerações iniciais	546
13.4. Voluntariedade	525	18.2. Sujeitos do crime	546
13.5. Consumação e tentativa	525	18.3. Conduta.....	546
13.6. Ação penal	525	18.4. Voluntariedade	547
13.7. Princípio da especialidade	525	18.5. Consumação e tentativa	547
14. Induzimento à especulação	526	18.6. Ação penal	548
14.1. Considerações iniciais	526	19. Fraude à execução.....	548
14.2. Sujeitos do crime	526	19.1. Considerações iniciais	548
14.3. Conduta.....	527	19.2. Sujeitos do crime	548
14.4. Voluntariedade	528	19.3. Conduta.....	548
14.5. Consumação e tentativa	528	19.4. Voluntariedade	550
14.6. Ação penal	529	19.5. Consumação e tentativa	550
15. Fraude no comércio	529	19.6. Ação penal	551
15.1. Considerações iniciais	529	CAPÍTULO VII – DA RECEPÇÃO	551
15.2. Sujeitos do crime	530	1. Recepção.....	551
15.3. Conduta.....	531	1.1. Considerações iniciais	551
15.3.1. Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.....	531	1.2. Sujeitos do crime	552
15.3.2. Entregando uma mercadoria por outra.....	531	1.3. Conduta.....	553
15.4. Voluntariedade	532	1.4. Voluntariedade	556
		1.5. Consumação e tentativa	557

1.6. Qualificadora, majorantes e minorante de pena	557	1.6. Qualificadoras	582
1.6.1. Qualificadora.....	557	1.7. Exclusão da tipicidade.....	585
1.6.2. Perdão judicial e minorante.....	563	1.8. Ação penal	586
1.6.3. Majorantes.....	563	1.9. Princípio da especialidade	586
1.7. Receptação culposa	564	2. Usurpação de nome ou pseudônimo alheio..	587
1.8. Independência típica.....	565	3. Ação penal.....	587
1.9. Ação penal	565	3.1. Considerações gerais.....	587
1.10. Princípio da especialidade	565	CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO	588
2. Receptação de Animal.....	565	1. Violação de privilégio de invenção.....	588
2.1. Considerações iniciais	566	2. Falsa atribuição de privilégio.....	588
2.2. Sujeitos do crime	566	3. Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado.....	589
2.3. Conduta.....	567	4. Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho.....	589
2.4. Voluntariedade	568	CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	589
2.5. Consumação e tentativa	569	1. Violação do direito de marca	589
2.6. Ação penal	569	2. Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos	590
CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS	569	3. Marca com falsa indicação de procedência ...	590
1. Escusa absolutória.....	569	CAPÍTULO IV – DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	590
1.1. Considerações gerais.....	569	1. Concorrência desleal.....	590
1.1.1. Do cônjuge, na constância da sociedade conjugal	569	TÍTULO IV	
1.1.2. De ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural	571	DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	593
2. Escusa relativa.....	571	CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	593
2.1. Considerações gerais.....	571	1. Introdução.....	593
2.2.1. Do cônjuge desquitado ou judicialmente separado	572	2. Atentado contra a liberdade de trabalho.....	594
2.2.2. De irmão, legítimo ou ilegítimo	572	2.1. Considerações iniciais	594
2.2.3. De tio ou sobrinho, com quem o agente coabita	572	2.2. Sujeitos do crime	594
3. Inaplicabilidade das escusas	572	2.3. Conduta.....	595
3.1. Considerações gerais.....	572	2.4. Voluntariedade	596
4. Majorante de pena.....	575	2.5. Consumação e tentativa	596
TÍTULO III		2.6. Ação penal	596
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	579	3. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	596
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL	579	3.1. Considerações iniciais	596
1. Violação de direito autoral.....	579	3.2. Sujeitos do crime	597
1.1. Considerações iniciais	579	3.3. Conduta.....	597
1.2. Sujeitos do crime	580	3.4. Voluntariedade	598
1.3. Conduta.....	580	3.5. Consumação e tentativa	598
1.4. Voluntariedade	581		
1.5. Consumação e tentativa	582		

3.6. Ação penal	598	10. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	610
4. Atentado contra a liberdade de associação ...	598	10.1. Considerações iniciais	610
4.1. Considerações iniciais	598	10.2. Sujeitos do crime	610
4.2. Sujeitos do crime	599	10.3. Conduta.....	610
4.3. Conduta.....	599	10.4. Voluntariedade	611
4.4. Voluntariedade	599	10.5. Consumação e tentativa	611
4.5. Consumação e tentativa	599	10.6. Ação penal	612
4.6. Ação penal	599	11. Aliciamento para o fim de emigração	612
5. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	600	11.1. Considerações iniciais	612
5.1. Considerações iniciais	600	11.2. Sujeitos do crime	612
5.2. Sujeitos do crime	600	11.3. Conduta.....	612
5.3. Conduta.....	601	11.4. Voluntariedade	613
5.4. Voluntariedade	602	11.5. Consumação e tentativa	613
5.5. Consumação e tentativa	602	11.6. Ação penal	613
5.6. Ação penal	602	12. Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	613
6. Paralisação de trabalho de interesse coletivo	602	12.1. Considerações iniciais	614
6.1. Considerações iniciais	602	12.2. Sujeitos do crime	614
6.2. Sujeitos do crime	603	12.3. Conduta.....	614
6.3. Conduta.....	603	12.4. Voluntariedade	615
6.4. Voluntariedade	604	12.5. Consumação e tentativa	615
6.5. Consumação e tentativa	604	12.6. Majorante de pena	615
6.6. Ação penal	604	12.7. Ação penal	615
7. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem	604		
7.1. Considerações iniciais	604	TÍTULO V	
7.2. Sujeitos do crime	604	DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS .	617
7.3. Conduta.....	605		
7.4. Voluntariedade	605	CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	617
7.5. Consumação e tentativa	605	1. Introdução.....	617
7.6. Ação penal	606	2. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	618
8. Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	606	2.1. Considerações iniciais	618
8.1. Considerações iniciais	606	2.2. Sujeitos do crime	619
8.2. Sujeitos do crime	606	2.3. Conduta.....	619
8.3. Conduta.....	607	2.4. Voluntariedade	621
8.4. Voluntariedade	607	2.5. Consumação e tentativa	622
8.5. Consumação e tentativa	607	2.6. Majorante de pena	622
8.6. Majorante de pena	608	2.7. Ação penal	622
8.7. Ação penal	608	2.8. Princípio da especialidade	622
9. Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	608		
9.1. Considerações iniciais	608	CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	623
9.2. Sujeitos do crime	609	1. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária.....	623
9.3. Conduta.....	609	1.1. Considerações iniciais	623
9.4. Voluntariedade	610	1.2. Sujeitos do crime	623
9.5. Consumação e tentativa	610		
9.6. Ação penal	610		

1.3.	Conduta.....	624	3.3.	Conduta.....	648
1.4.	Voluntariedade	624	3.4.	Voluntariedade	649
1.5.	Consumação e tentativa	624	3.5.	Consumação e tentativa	649
1.6.	Majorante de pena	625	3.6.	Ação penal	650
1.7.	Ação penal	625	4.	Importunação sexual.....	650
2.	Violação de sepultura.....	625	4.1.	Considerações iniciais	650
2.1.	Considerações iniciais	625	4.2.	Sujeitos do crime	650
2.2.	Sujeitos do crime	625	4.3.	Conduta.....	650
2.3.	Conduta.....	625	4.4.	Voluntariedade	655
2.4.	Voluntariedade	626	4.5.	Consumação e tentativa	655
2.5.	Consumação e tentativa	627	4.6.	Ação penal	656
2.6.	Concurso de crimes.....	627	5.	Atentado ao pudor mediante fraude	656
2.7.	Ação penal	627	6.	Assédio sexual	656
2.8.	Princípio da especialidade	627	6.1.	Considerações iniciais	656
3.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	628	6.2.	Sujeitos do crime	657
3.1.	Considerações iniciais	628	6.3.	Conduta.....	657
3.2.	Sujeitos do crime	628	6.4.	Voluntariedade	658
3.3.	Conduta.....	628	6.5.	Consumação e tentativa	659
3.4.	Voluntariedade	629	6.6.	Majorante de pena	659
3.5.	Consumação e tentativa	629	6.7.	Ação penal	660
3.6.	Ação penal	629			
4.	Vilipêndio a cadáver	630			
4.1.	Considerações iniciais	630			
4.2.	Sujeitos do crime	630			
4.3.	Conduta.....	630			
4.4.	Voluntariedade	631			
4.5.	Consumação e tentativa	631			
4.6.	Ação penal	631			

3.3. Conduta.....	679	1.3. Conduta.....	713
3.4. Voluntariedade	680	1.4. Voluntariedade	714
3.5. Consumação e tentativa	680	1.5. Consumação e tentativa	714
3.6. Ação penal	680	1.6. Qualificadoras	714
3.7. Princípio da especialidade	680	1.7. Pena de multa	715
4. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	680	1.8. Ação penal	715
4.1. Considerações iniciais	680	1.9. Princípio da especialidade	715
4.2. Sujeitos do crime	681	2. Favorecimento da prostituição ou outra for- ma de exploração sexual	715
4.3. Conduta.....	681	2.1. Considerações iniciais	716
4.4. Voluntariedade	684	2.2. Sujeitos do crime	717
4.5. Consumação e tentativa	684	2.3. Conduta.....	717
4.6. Ação penal	684	2.4. Voluntariedade	718
5. Favorecimento da prostituição ou outra for- ma de exploração sexual de criança ou ado- lescente ou de vulnerável	684	2.5. Consumação e tentativa	718
5.1. Considerações iniciais	684	2.6. Ação penal	718
5.2. Sujeitos do crime	686	3. Estabelecimento para exploração sexual	718
5.3. Conduta.....	686	3.1. Considerações iniciais	718
5.4. Voluntariedade	692	3.2. Sujeitos do crime	720
5.5. Consumação e tentativa	692	3.3. Conduta.....	720
5.6. Ação penal	693	3.4. Voluntariedade	721
6. Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.....	693	3.5. Consumação e tentativa	721
6.1. Considerações iniciais	693	3.6. Ação penal	722
6.2. Sujeitos do crime	694	4. Rufianismo	722
6.3. Conduta.....	695	4.1. Considerações iniciais	722
6.4. Voluntariedade	699	4.2. Sujeitos do crime	723
6.5. Consumação e tentativa	699	4.3. Conduta.....	723
6.6. Majorante	699	4.4. Voluntariedade	724
6.7. Ação penal	700	4.5. Consumação e tentativa	724
		4.6. Ação penal	724
CAPÍTULO III – DO RAPTO	700	5. Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	724
1. Rapto violento ou mediante fraude	700	6. Tráfico interno de pessoa para fim de explo- ração sexual.....	725
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS	701	7. Disposições Finais.....	725
1. Formas qualificadas	701	8. Promoção de migração ilegal	725
2. Presunção de violência.....	701	8.1. Considerações iniciais	726
3. Ação penal.....	701	8.2. Sujeitos do crime	727
3.1. Considerações gerais.....	702	8.3. Conduta.....	727
4. Aumento de pena	707	8.4. Voluntariedade	729
4.1. Considerações gerais.....	707	8.5. Consumação e tentativa	729
		8.6. Majorantes de pena	730
		8.7. Ação penal	730
CAPÍTULO V – DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	712	CAPÍTULO VI – DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	730
1. Mediação para servir a lascívia de outrem	712	1. Introdução.....	730
1.1. Considerações iniciais	713	2. Ato obsceno	730
1.2. Sujeitos do crime	713	2.1. Considerações iniciais	730
		2.2. Sujeitos do crime	731

2.3. Conduta.....	731	4. Simulação de autoridade para celebração de casamento.....	752
2.4. Voluntariedade	732	4.1. Considerações iniciais	752
2.5. Consumação e tentativa	732	4.2. Sujeitos do crime	753
2.6. Ação penal	733	4.3. Conduta.....	753
3. Escrito ou objeto obsceno.....	733	4.4. Voluntariedade	754
3.1. Considerações iniciais	733	4.5. Consumação e tentativa	754
3.2. Sujeitos do crime	734	4.6. Ação penal	754
3.3. Conduta.....	734	5. Simulação de casamento	754
3.4. Voluntariedade	734	5.1. Considerações iniciais	754
3.5. Consumação e tentativa	734	5.2. Sujeitos do crime	754
3.6. Formas equiparadas.....	734	5.3. Conduta.....	755
3.7. Princípio da especialidade	735	5.4. Voluntariedade	755
3.8. Ação penal	737	5.5. Consumação e tentativa	755
		5.6. Ação penal	755
CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GERAIS	738	6. Adultério	756
1. Aumento de pena	738		
1.1. Considerações gerais.....	738	CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO.....	756
2. Segredo de justiça	741	1. Registro de nascimento inexistente	756
2.1. Considerações gerais.....	741	1.1. Considerações iniciais	756
3. Exploração sexual x Violência sexual.....	742	1.2. Sujeitos do crime	756
3.1. Razões do veto	742	1.3. Conduta.....	757
		1.4. Voluntariedade	757
TÍTULO VII		1.5. Consumação e tentativa	757
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	743	1.6. Ação penal	757
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	743	2. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	758
1. Bigamia.....	743	2.1. Considerações iniciais	758
1.1. Considerações iniciais	743	2.2. Sujeitos do crime	758
1.2. Sujeitos do crime	743	2.3. Conduta.....	758
1.3. Conduta.....	744	2.4. Voluntariedade	759
1.4. Voluntariedade	748	2.5. Consumação e tentativa	760
1.5. Consumação e tentativa	748	2.6. Figura privilegiada, perdão judicial e prescrição.....	760
1.6. Ação penal	748	2.7. Ação penal	760
2. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.....	749	3. Sonegação de estado de filiação	760
2.1. Considerações iniciais	749	3.1. Considerações iniciais	760
2.2. Sujeitos do crime	749	3.2. Sujeitos do crime	761
2.3. Conduta.....	749	3.3. Conduta.....	761
2.4. Voluntariedade	750	3.4. Voluntariedade	762
2.5. Consumação e tentativa	750	3.5. Consumação e tentativa	762
2.6. Ação penal	751	3.6. Ação penal	762
3. Conhecimento prévio de impedimento	751		
3.1. Considerações iniciais	751	CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR.....	763
3.2. Sujeitos do crime	751	1. Introdução.....	763
3.3. Conduta.....	751	2. Abandono material	763
3.4. Voluntariedade	751		
3.5. Consumação e tentativa	752		
3.6. Ação penal	752		

2.1. Considerações iniciais	763	TÍTULO VIII	
2.2. Sujeitos do crime	764	DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE	
2.3. Conduta.....	766	PÚBLICA	789
2.4. Voluntariedade	768		
2.5. Consumação e tentativa	769	CAPÍTULO I – DOS CRIMES DE PERIGO	
2.6. Ação penal	769	COMUM	789
2.7. Princípio da especialidade	769		
3. Entrega de filho menor a pessoa inidônea	770	1. Incêndio.....	789
3.1. Considerações iniciais	770	1.1. Considerações iniciais	789
3.2. Sujeitos do crime	770	1.2. Sujeitos do crime	790
3.3. Conduta.....	771	1.3. Conduta.....	790
3.4. Voluntariedade	771	1.4. Voluntariedade	791
3.5. Consumação e tentativa	772	1.5. Consumação e tentativa	792
3.6. Qualificadoras	772	1.6. Majorantes de pena e formas culpo-	
3.7. Ação penal	773	sa e majorada pelo resultado.....	792
4. Abandono intelectual.....	773	1.6.1. Majorantes de pena.....	792
4.1. Considerações iniciais	773	1.6.2. Forma culposa.....	794
4.2. Sujeitos do crime	774	1.6.3. Forma majorada pelo resulta-	
4.3. Conduta.....	775	do.....	794
4.4. Voluntariedade	777	1.7. Ação penal	794
4.5. Consumação e tentativa	777	1.8. Princípio da especialidade	795
4.6. Ação penal	778	2. Explosão	795
5. Abandono moral	778	2.1. Considerações iniciais	795
5.1. Considerações iniciais	778	2.2. Sujeitos do crime	796
5.2. Sujeitos do crime	779	2.3. Conduta.....	796
5.3. Conduta.....	779	2.4. Voluntariedade	797
5.4. Voluntariedade	781	2.5. Consumação e tentativa	797
5.5. Consumação e tentativa	781	2.6. Majorantes de pena e formas privile-	
5.6. Ação penal	782	giada e culposa	797
		2.6.1. Forma privilegiada	797
CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O		2.6.2. Majorantes de pena.....	798
PÁTRIO PODER, TUTELA E CURATELA	782	2.6.3. Forma culposa.....	798
1. Introdução	782	2.7. Ação penal	798
2. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou so-		2.8. Princípio da especialidade	798
negação de incapazes.....	782	3. Uso de gás tóxico ou asfixiante	798
2.1. Considerações iniciais	782	3.1. Considerações iniciais	799
2.2. Sujeitos do crime	783	3.2. Sujeitos do crime	799
2.3. Conduta.....	783	3.3. Conduta.....	801
2.4. Voluntariedade	785	3.4. Voluntariedade	801
2.5. Consumação e tentativa	785	3.5. Consumação e tentativa	801
2.6. Ação penal	785	3.6. Majorantes de pena e forma culposa .	801
3. Subtração de incapazes.....	785	3.7. Ação penal	801
3.1. Considerações iniciais	786	3.8. Princípio da especialidade	801
3.2. Sujeitos do crime	786	4. Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou	
3.3. Conduta.....	786	transporte de explosivos ou gás tóxico, ou	
3.4. Voluntariedade	787	asfixiante	802
3.5. Consumação e tentativa	787	4.1. Considerações iniciais	802
3.6. Ação penal e perdão judicial.....	788	4.2. Sujeitos do crime	803
3.7. Princípio da especialidade	788	4.3. Conduta.....	803
		4.4. Voluntariedade	803

4.5.	Consumação e tentativa	803	CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA A		
4.6.	Majorantes de pena	804	SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO		
4.7.	Ação penal	804	E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS		
4.8.	Princípio da especialidade	804	PÚBLICOS.....	814	
5.	Inundação.....	804	1.	Perigo de desastre ferroviário..... 814	
5.1.	Considerações iniciais	804	1.1.	Considerações iniciais	814
5.2.	Sujeitos do crime	805	1.2.	Sujeitos do crime	815
5.3.	Conduta.....	805	1.3.	Conduta.....	815
5.4.	Voluntariedade	805	1.4.	Voluntariedade	816
5.5.	Consumação e tentativa	806	1.5.	Consumação e tentativa	816
5.6.	Majorantes de pena e forma culposa .	806	1.6.	Qualificadora, majorantes de pena e	817
5.7.	Ação Penal.....	806		forma culposa	817
5.8.	Princípio da especialidade	806	1.6.1.	Qualificadora.....	817
6.	Perigo de inundação.....	806	1.6.2.	Forma culposa.....	817
6.1.	Considerações iniciais	806	1.6.3.	Majorantes de pena.....	817
6.2.	Sujeitos do crime	807	1.7.	Ação penal	818
6.3.	Conduta.....	807	1.8.	Princípio da especialidade	818
6.4.	Voluntariedade	807	2.	Atentado contra a segurança de transporte	
6.5.	Consumação e tentativa	808		marítimo, fluvial ou aéreo.....	818
6.6.	Majorantes de pena	808	2.1.	Considerações iniciais	819
6.7.	Ação penal	808	2.2.	Sujeitos do crime	819
6.8.	Princípio da especialidade	808	2.3.	Conduta.....	819
7.	Desabamento ou desmoronamento.....	809	2.4.	Voluntariedade	820
7.1.	Considerações iniciais	809	2.5.	Consumação e tentativa	820
7.2.	Sujeitos do crime	809	2.6.	Qualificadora, majorantes de pena e	821
7.3.	Conduta.....	809		forma culposa	821
7.4.	Voluntariedade	810	2.7.	Ação penal	821
7.5.	Consumação e tentativa	810	2.8.	Princípio da especialidade	821
7.6.	Majorantes de pena e forma culposa .	810	3.	Atentado contra a segurança de outro meio	
7.7.	Ação penal	810		de transporte	822
7.8.	Princípio da especialidade	811	3.1.	Considerações iniciais	822
8.	Subtração, ocultação ou inutilização de ma-		3.2.	Sujeitos do crime	822
	terial de salvamento.....	811	3.3.	Conduta.....	823
8.1.	Considerações iniciais	811	3.4.	Voluntariedade	823
8.2.	Sujeitos do crime	811	3.5.	Consumação e tentativa	823
8.3.	Conduta.....	811	3.6.	Qualificadora, majorantes de pena e	823
8.4.	Voluntariedade	812		forma culposa	823
8.5.	Consumação e tentativa	812	3.7.	Ação penal	824
8.6.	Majorantes de pena	812	3.8.	Princípio da especialidade	824
8.7.	Ação Penal.....	812	4.	Forma qualificada.....	824
8.8.	Princípio da especialidade	812	4.1.	Considerações Gerais	824
9.	Formas qualificadas de crime de perigo		5.	Arremesso de projétil.....	824
	comum	812	5.1.	Considerações iniciais	825
9.1.	Considerações gerais.....	813	5.2.	Sujeitos do crime	825
10.	Difusão de doença ou praga	813	5.3.	Conduta.....	825
10.1.	Considerações gerais.....	813	5.4.	Voluntariedade	826
			5.5.	Consumação e tentativa	826
			5.6.	Qualificadoras	826
			5.7.	Ação penal	827

5.8. Princípio da especialidade	827	4.3. Conduta.....	841
6. Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.....	827	4.4. Voluntariedade	843
6.1. Considerações iniciais	827	4.5. Consumação e tentativa	843
6.2. Sujeitos do crime	827	4.6. Majorantes de pena	843
6.3. Conduta.....	827	4.7. Ação penal	843
6.4. Voluntariedade	828	4.8. Princípio da especialidade	843
6.5. Consumação e tentativa	828	5. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	843
6.6. Majorante de pena	829	5.1. Considerações iniciais	843
6.7. Ação penal	829	5.2. Sujeitos do crime	845
6.8. Princípio da especialidade	829	5.3. Conduta.....	845
7. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	829	5.4. Voluntariedade	845
7.1. Considerações iniciais	830	5.5. Consumação e tentativa	845
7.2. Sujeitos do crime	830	5.6. Majorantes de pena e formas culposa e equiparada.....	846
7.3. Conduta.....	830	5.6.1. Forma equiparada.....	846
7.4. Voluntariedade	831	5.6.2. Forma culposa.....	846
7.5. Consumação e tentativa	831	5.6.3. Majorantes de pena.....	846
7.6. Majorante de pena	831	5.7. Ação penal	846
7.7. Ação penal	832	6. Corrupção ou poluição de água potável	846
7.8. Princípio da especialidade	832	6.1. Considerações gerais.....	847
CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA.....	833	7. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	847
1. Introdução.....	833	7.1. Considerações iniciais	847
2. Epidemia	834	7.2. Sujeitos do crime	848
2.1. Considerações iniciais	834	7.3. Conduta.....	848
2.2. Sujeitos do crime	834	7.4. Voluntariedade	849
2.3. Conduta.....	834	7.5. Consumação e tentativa	849
2.4. Voluntariedade	835	7.6. Majorantes de pena e formas equiparada e culposa.....	849
2.5. Consumação e tentativa	835	7.6.1. Forma equiparada.....	849
2.6. Majorante de pena e forma culposa...	835	7.6.2. Forma culposa.....	850
2.6.1. Majorante de pena	835	7.6.3. Majorantes de pena.....	850
2.6.2. Forma culposa.....	836	7.7. Ação penal	850
2.7. Ação penal	836	8. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	850
2.8. Princípio da especialidade	836	8.1. Considerações iniciais	851
3. Infração de medida sanitária preventiva	836	8.2. Sujeitos do crime	851
3.1. Considerações iniciais	836	8.3. Conduta.....	851
3.2. Sujeitos do crime	837	8.4. Voluntariedade	853
3.3. Conduta.....	837	8.5. Consumação e tentativa	853
3.4. Voluntariedade	840	8.6. Majorantes de pena e forma equiparada e culposa.....	853
3.5. Consumação e tentativa	840	8.6.1. Forma equiparada.....	853
3.6. Majorantes de pena.....	840	8.6.2. Forma culposa.....	856
3.7. Ação penal	840	8.6.3. Majorantes de pena.....	856
4. Omissão de notificação de doença	841	8.7. Ação penal	856
4.1. Considerações iniciais	841		
4.2. Sujeitos do crime	841		

2. Apologia de crime ou criminoso	887	2.4. Voluntariedade	912
2.1. Considerações iniciais	888	2.5. Consumação e tentativa	912
2.2. Sujeitos do crime	888	2.6. Ação penal	912
2.3. Conduta.....	888	3. Petrechos para falsificação de moeda	912
2.4. Voluntariedade	889	3.1. Considerações iniciais	912
2.5. Consumação e tentativa	889	3.2. Sujeitos do crime	913
2.6. Ação penal	890	3.3. Conduta.....	913
3. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	890	3.4. Voluntariedade	914
3.1. Considerações iniciais	890	3.5. Consumação e tentativa	914
3.2. Sujeitos do crime	890	3.6. Ação penal	915
3.3. Conduta.....	891	4. Emissão de título ao portador sem permissão legal.....	915
3.4. Voluntariedade	893	4.1. Considerações iniciais	915
3.5. Consumação e tentativa	893	4.2. Sujeitos do crime	916
3.6. Qualificadora, majorante e minorante de pena	894	4.3. Conduta.....	916
3.6.1. Majorante de pena	894	4.4. Voluntariedade	917
3.6.2. Qualificadora.....	895	4.5. Consumação e tentativa	917
3.6.3. Minorante de pena	895	4.6. Forma privilegiada	917
3.7. Forma equiparada.....	896	4.7. Ação penal	917
3.8. Ação penal	897	4.8. Princípio da Especialidade	917
3.9. Princípio da especialidade	897		
4. Constituição de milícia privada	898	CAPÍTULO II – DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	918
4.1. Considerações iniciais	898	1. Falsificação de papéis públicos	918
4.2. Sujeitos do crime	898	1.1. Considerações iniciais	918
4.3. Conduta.....	899	1.2. Sujeitos do crime	919
4.4. Voluntariedade	900	1.3. Conduta.....	919
4.5. Consumação e tentativa	901	1.4. Voluntariedade	920
4.6. Ação penal	903	1.5. Consumação e tentativa	920
4.7. Princípio da especialidade	903	1.6. Forma equiparada.....	921
		1.7. Figuras delituosas complementares ...	922
TÍTULO X		1.8. Ação penal	923
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	905	1.9. Princípio da especialidade	923
CAPÍTULO I – DA MOEDA FALSA	905	2. Petrechos de falsificação.....	923
1. Moeda falsa.....	905	2.1. Considerações iniciais	923
1.1. Considerações iniciais	905	2.2. Sujeitos do crime	924
1.2. Sujeitos do crime	906	2.3. Conduta.....	924
1.3. Conduta.....	906	2.4. Voluntariedade	924
1.4. Voluntariedade	907	2.5. Consumação e tentativa	924
1.5. Consumação e tentativa	907	2.6. Ação penal	924
1.6. Forma equiparada.....	908	2.7. Princípio da especialidade	925
1.7. Privilégio.....	908	3. Forma majorada.....	925
1.8. Falsificação funcional	909	3.1. Considerações gerais.....	925
1.9. Desvio e circulação antecipada.....	910		
1.10. Ação penal	910	CAPÍTULO III – DA FALSIDADE DOCUMENTAL.	925
2. Crimes assimilados ao de moeda falsa	910	1. Falsificação do selo ou sinal público	925
2.1. Considerações iniciais	910	1.1. Considerações iniciais	925
2.2. Sujeitos do crime	910	1.2. Sujeitos do crime	926
2.3. Conduta.....	911	1.3. Conduta.....	926

1.4.	Voluntariedade	927	6.4.	Voluntariedade	954
1.5.	Consumação e tentativa	927	6.5.	Consumação e tentativa	954
1.6.	Forma equiparada.....	927	6.6.	Falsidade material de atestado ou certidão	954
1.7.	Majorante de pena	928	6.7.	Ação penal	956
1.8.	Ação penal	928	6.8.	Princípio da especialidade	956
2.	Falsificação de documento público.....	928	7.	Falsidade de atestado médico.....	956
2.1.	Considerações iniciais	929	7.1.	Considerações iniciais	957
2.2.	Sujeitos do crime	929	7.2.	Sujeitos do crime	957
2.3.	Conduta.....	929	7.3.	Conduta.....	957
2.4.	Voluntariedade	934	7.4.	Voluntariedade	958
2.5.	Consumação e tentativa	934	7.5.	Consumação e tentativa	958
2.6.	Majorante de pena e formas equipa- radas.....	938	7.6.	Ação penal	958
2.6.1.	Majorante de pena	938	8.	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	958
2.6.2.	Formas equiparadas	938	8.1.	Considerações iniciais	959
2.7.	Extinção da punibilidade.....	938	8.2.	Sujeitos do crime	959
2.8.	Ação penal	939	8.3.	Conduta.....	959
2.9.	Princípio da especialidade	939	8.4.	Voluntariedade	960
3.	Falsificação de documento particular	939	8.5.	Consumação e tentativa	960
3.1.	Considerações iniciais	939	8.6.	Uso do selo ou da peça filatélica.....	960
3.2.	Sujeitos do crime	940	8.7.	Ação penal	961
3.3.	Conduta.....	940	9.	Uso de documento falso	961
3.4.	Voluntariedade	941	9.1.	Considerações iniciais	961
3.5.	Consumação e tentativa	941	9.2.	Sujeitos do crime	962
3.6.	Extinção da punibilidade.....	942	9.3.	Conduta.....	962
3.7.	Ação penal	942	9.4.	Voluntariedade	963
3.8.	Princípio da especialidade	942	9.5.	Consumação e tentativa	963
4.	Falsidade ideológica	943	9.6.	Extinção da punibilidade.....	966
4.1.	Considerações iniciais	943	9.7.	Ação penal	967
4.2.	Sujeitos do crime	943	9.8.	Princípio da especialidade	967
4.3.	Conduta.....	943	10.	Supressão de documento	967
4.4.	Voluntariedade	947	10.1.	Considerações iniciais	967
4.5.	Consumação e tentativa	947	10.2.	Sujeitos do crime	967
4.6.	Majorantes de pena.....	948	10.3.	Conduta.....	968
4.7.	Extinção da punibilidade.....	949	10.4.	Voluntariedade	968
4.8.	Ação penal	949	10.5.	Consumação e tentativa	968
4.9.	Princípio da especialidade	949	10.6.	Ação penal	969
5.	Falso reconhecimento de firma ou letra	950	10.7.	Princípio da especialidade	969
5.1.	Considerações iniciais	950	CAPÍTULO IV – DE OUTRAS FALSIDADES	969	
5.2.	Sujeitos do crime	950	1.	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfande- gária, ou para outros fins	969
5.3.	Conduta.....	951	1.1.	Considerações iniciais	969
5.4.	Voluntariedade	951	1.2.	Sujeitos do crime	970
5.5.	Consumação e tentativa	952	1.3.	Conduta.....	970
5.6.	Ação penal	952	1.4.	Voluntariedade	971
5.7.	Princípio da especialidade	952			
6.	Certidão ou atestado ideologicamente falso	952			
6.1.	Considerações iniciais	953			
6.2.	Sujeitos do crime	953			
6.3.	Conduta.....	953			

1.5.	Consumação e tentativa	971	CAPÍTULO V – DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO.....	988
1.6.	Figura privilegiada.....	971	1.	Fraudes em certames de interesse público ...
1.7.	Ação penal	971	1.1.	Considerações iniciais
2.	Falsa identidade	971	1.2.	Sujeitos do crime
2.1.	Considerações iniciais	971	1.3.	Conduta.....
2.2.	Sujeitos do crime	971	1.4.	Voluntariedade
2.3.	Conduta.....	972	1.5.	Consumação e tentativa
2.4.	Voluntariedade	973	1.6.	Ação penal
2.5.	Consumação e tentativa	973	TÍTULO XI	
2.6.	Ação penal	974	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	993
2.7.	Princípio da especialidade	974	CAPÍTULO I – DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	993
3.	Uso ou cessão para uso de documento de identificação civil de terceiro	974	1.	Introdução.....
3.1.	Considerações iniciais	975	2.	Crimes funcionais. Espécies
3.2.	Sujeitos do crime	975	3.	Conceito de funcionário público para efeitos penais.....
3.3.	Conduta.....	975	4.	“Informante do bem” ou whistleblower
3.4.	Voluntariedade	975	5.	Tipos penais. Peculato.....
3.5.	Consumação e tentativa	976	6.	Peculato apropriação e desvio (peculato próprio).....
3.6.	Ação penal	976	6.1.	Considerações iniciais
3.7.	Princípio da especialidade	976	6.2.	Sujeitos do crime
4.	Fraude de lei sobre estrangeiro	976	6.3.	Conduta.....
4.1.	Considerações iniciais	976	6.4.	Peculato apropriação
4.2.	Sujeitos do crime	977	6.5.	Peculato desvio
4.3.	Conduta.....	977	6.6.	Voluntariedade
4.4.	Voluntariedade	977	6.7.	Consumação e tentativa
4.5.	Consumação e tentativa	977	7.	Peculato furto (peculato impróprio)
4.6.	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	978	7.1.	Considerações gerais.....
4.7.	Ação penal	978	8.	Peculato culposos
5.	Fraude à proibição da propriedade ou da posse de certos bens por estrangeiros	978	8.1.	Considerações gerais.....
5.1.	Considerações iniciais	979	9.	Reparação do dano e ação penal
5.2.	Sujeitos do crime	979	9.1.	Considerações iniciais
5.3.	Conduta.....	979	9.2.	Ação penal
5.4.	Voluntariedade	980	9.3.	Princípio da especialidade
5.5.	Consumação e tentativa	980	10.	Peculato mediante erro de outrem.....
5.6.	Ação penal	980	10.1.	Considerações iniciais
6.	Adulteração de sinal identificador de veículo	980	10.2.	Sujeitos do crime
6.1.	Considerações iniciais	981	10.3.	Conduta.....
6.2.	Sujeitos do crime	982	10.4.	Voluntariedade
6.3.	Conduta.....	982	10.5.	Consumação e tentativa
6.4.	Voluntariedade	985	10.6.	Ação penal
6.5.	Consumação e tentativa	985	10.7.	Princípio da especialidade
6.6.	Formas equiparada e qualificada	985		
6.7.	Ação penal	987		

11. Inserção de dados falsos em sistema de informações	1021	16.5. Consumação e tentativa	1038
11.1. Peculato eletrônico. Inovações advindas com a Lei 9.983/2000	1021	16.6. Ação penal	1038
11.2. Considerações iniciais	1021	16.7. Princípio da especialidade	1038
11.3. Sujeitos do crime	1022	17. Corrupção passiva	1038
11.4. Conduta.....	1023	17.1. Considerações iniciais	1039
11.5. Voluntariedade	1024	17.2. Sujeitos do crime	1039
11.6. Consumação e tentativa	1024	17.3. Conduta.....	1040
11.7. Ação penal	1024	17.4. Voluntariedade	1045
11.8. Princípio da especialidade	1024	17.5. Consumação e tentativa	1045
12. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	1024	17.6. Majorante e forma privilegiada	1046
12.1. Considerações iniciais	1025	17.6.1. Majorante	1046
12.2. Sujeitos do crime	1025	17.6.2. Forma privilegiada	1046
12.3. Conduta.....	1025	17.7. Ação penal	1046
12.4. Voluntariedade	1025	17.8. Princípio da especialidade	1046
12.5. Consumação e tentativa	1026	18. Facilitação de contrabando ou descaminho ..	1046
12.6. Ação penal	1026	18.1. Considerações iniciais	1047
13. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.....	1026	18.2. Sujeitos do crime	1047
13.1. Considerações iniciais	1026	18.3. Conduta.....	1047
13.2. Sujeitos do crime	1026	18.4. Voluntariedade	1049
13.3. Conduta.....	1027	18.5. Consumação e tentativa	1049
13.4. Voluntariedade	1027	18.6. Ação penal	1049
13.5. Consumação e tentativa	1027	19. Prevaricação	1049
13.6. Ação penal	1028	19.1. Considerações iniciais	1049
13.7. Princípio da especialidade	1028	19.2. Sujeitos do crime	1049
14. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.....	1028	19.3. Conduta.....	1050
14.1. Considerações iniciais	1028	19.4. Voluntariedade	1051
14.2. Sujeitos do crime	1028	19.5. Consumação e tentativa	1052
14.3. Conduta.....	1028	19.6. Ação penal	1053
14.4. Voluntariedade	1029	19.7. Princípio da especialidade	1053
14.5. Consumação e tentativa	1029	20. Prevaricação imprópria	1054
14.6. Ação penal	1029	20.1. Considerações iniciais	1054
14.7. Princípio da especialidade	1029	20.2. Sujeitos do crime	1055
15. Concussão	1029	20.3. Conduta.....	1055
15.1. Considerações iniciais	1030	20.4. Voluntariedade	1056
15.2. Sujeitos do crime	1030	20.5. Consumação e tentativa	1056
15.3. Conduta.....	1030	20.6. Ação penal	1056
15.4. Voluntariedade	1034	21. Condescendência criminosa	1056
15.5. Consumação e tentativa	1034	21.1. Considerações iniciais	1057
15.6. Ação penal	1035	21.2. Sujeitos do crime	1057
16. Excesso de exação	1035	21.3. Conduta.....	1057
16.1. Considerações iniciais	1035	21.4. Voluntariedade	1058
16.2. Sujeitos do crime	1035	21.5. Consumação e tentativa	1058
16.3. Conduta.....	1036	21.6. Ação penal	1058
16.4. Voluntariedade	1036	21.7. Princípio da especialidade	1058
		22. Advocacia administrativa	1059
		22.1. Considerações iniciais	1059
		22.2. Sujeitos do crime	1059
		22.3. Conduta.....	1060

22.4.	Voluntariedade	1062
22.5.	Consumação e tentativa	1062
22.6.	Ação penal	1062
22.7.	Princípio da especialidade	1062
23.	Violência arbitrária	1062
23.1.	Considerações Iniciais	1062
23.2.	Sujeitos do crime	1064
23.3.	Conduta	1065
23.4.	Voluntariedade	1065
23.5.	Consumação e tentativa	1065
23.6.	Ação penal	1066
23.7.	Princípio da especialidade	1066
24.	Abandono de função	1066
24.1.	Considerações iniciais	1066
24.2.	Sujeitos do crime	1066
24.3.	Conduta	1067
24.4.	Voluntariedade	1068
24.5.	Consumação e tentativa	1068
24.6.	Ação penal	1068
24.7.	Princípio da especialidade	1068
25.	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	1069
25.1.	Considerações iniciais	1069
25.2.	Sujeitos do crime	1069
25.3.	Conduta	1069
25.4.	Voluntariedade	1070
25.5.	Consumação e tentativa	1070
25.6.	Ação penal	1070
25.7.	Princípio da especialidade	1070
26.	Violação de sigilo funcional	1070
26.1.	Considerações iniciais	1071
26.2.	Sujeitos do crime	1071
26.3.	Conduta	1072
26.4.	Voluntariedade	1073
26.5.	Consumação e tentativa	1073
26.6.	Formas equiparadas	1073
26.7.	Qualificadora	1074
26.8.	Ação penal	1074
26.9.	Princípio da especialidade	1074
27.	Violação do sigilo de proposta de concorrência	1074
27.1.	Considerações gerais	1074
28.	Funcionário público	1075
28.1.	Considerações gerais	1075

CAPÍTULO II – DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL 1076

1.	Introdução	1076
2.	Usurpação de função pública	1077
2.1.	Considerações iniciais	1077
2.2.	Sujeitos do crime	1078
2.3.	Conduta	1078
2.4.	Voluntariedade	1080
2.5.	Consumação e tentativa	1080
2.6.	Qualificadora	1080
2.7.	Ação penal	1081
2.8.	Princípio da especialidade	1081
3.	Resistência	1081
3.1.	Considerações iniciais	1081
3.2.	Sujeitos do crime	1081
3.3.	Conduta	1081
3.3.1.	Oposição mediante agressão	1082
3.3.2.	À execução de ato legal	1083
3.3.3.	Contra funcionário competente ou particular que lhe presta auxílio	1083
3.4.	Voluntariedade	1083
3.5.	Consumação e tentativa	1084
3.6.	Qualificadora	1086
3.7.	Ação penal	1086
3.8.	Princípio da especialidade	1086
4.	Desobediência	1086
4.1.	Considerações iniciais	1086
4.2.	Sujeitos do crime	1086
4.3.	Conduta	1087
4.4.	Voluntariedade	1091
4.5.	Consumação e tentativa	1091
4.6.	Ação penal	1091
4.7.	Princípio da especialidade	1091
5.	Desacato	1093
5.1.	Considerações iniciais	1093
5.2.	Sujeitos do crime	1093
5.3.	Conduta	1094
5.4.	Voluntariedade	1098
5.5.	Consumação e tentativa	1098
5.6.	Ação penal	1099
5.7.	Princípio da especialidade	1099
6.	Tráfico de influência	1099
6.1.	Considerações iniciais	1099
6.2.	Sujeitos do crime	1099
6.3.	Conduta	1100
6.4.	Voluntariedade	1100
6.5.	Consumação e tentativa	1100

6.6.	Majorante de pena	1101	11.3.	Conduta.....	1134
6.7.	Ação penal	1101	11.4.	Voluntariedade	1135
6.8.	Princípio da especialidade	1101	11.5.	Consumação e tentativa	1136
7.	Corrupção ativa.....	1101	11.6.	Ação penal	1136
7.1.	Considerações iniciais	1101	11.7.	Princípio da especialidade	1136
7.1.1.	Responsabilidade extrapenal da pessoa jurídica por atos de corrupção.....	1102	12.	Subtração ou inutilização de livro ou documento.....	1136
7.2.	Sujeitos do crime	1107	12.1.	Considerações iniciais	1136
7.3.	Conduta.....	1107	12.2.	Sujeitos do crime	1137
7.4.	Voluntariedade	1110	12.3.	Conduta.....	1137
7.5.	Consumação e tentativa	1110	12.4.	Voluntariedade	1138
7.6.	Majorantes de pena.....	1111	12.5.	Consumação e tentativa	1138
7.7.	Ação penal	1111	12.6.	Ação penal	1139
7.8.	Princípio da especialidade	1111	12.7.	Princípio da especialidade	1139
8.	Descaminho.....	1112	13.	Sonegação de contribuição previdenciária	1139
8.1.	Considerações iniciais	1112	13.1.	Considerações iniciais	1139
8.2.	Sujeitos do crime	1113	13.2.	Sujeitos do crime	1140
8.3.	Conduta.....	1113	13.3.	Conduta.....	1140
8.4.	Voluntariedade	1116	13.4.	Voluntariedade	1143
8.5.	Consumação e tentativa	1116	13.5.	Consumação e tentativa	1144
8.6.	Descaminho por assimilação	1121	13.6.	Extinção da punibilidade.....	1145
8.7.	Cláusula de equiparação	1123	13.7.	Perdão judicial ou aplicação de pena de multa	1148
8.8.	Majorante de pena	1123	13.8.	Crime privilegiado	1149
8.9.	Extinção da punibilidade.....	1124	13.9.	Ação penal	1149
8.10.	Ação penal	1125			
9.	Contrabando	1125			
9.1.	Considerações iniciais	1126			
9.2.	Sujeitos do crime	1126			
9.3.	Conduta.....	1127			
9.4.	Voluntariedade	1129			
9.5.	Consumação e tentativa	1129			
9.6.	Contrabando por assimilação	1129			
9.7.	Cláusula de equiparação	1130			
9.8.	Majorante de pena	1130			
9.9.	Ação penal	1131			
10.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.....	1131			
10.1.	Considerações iniciais	1131			
10.2.	Sujeitos do crime	1132			
10.3.	Conduta.....	1132			
10.4.	Voluntariedade	1132			
10.5.	Consumação e tentativa	1132			
10.6.	Abstenção subornada	1133			
10.7.	Ação penal	1133			
10.8.	Princípio da especialidade	1133			
11.	Inutilização de edital ou de sinal.....	1134			
11.1.	Considerações iniciais	1134			
11.2.	Sujeitos do crime	1134			

**CAPÍTULO II-A – DOS CRIMES
PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA 1149**

1.	Introdução.....	1149
2.	Conceito de funcionário público estrangeiro para fins penais	1149
3.	Responsabilidade extrapenal da pessoa jurídica por atos de corrupção contra a administração pública estrangeira.....	1150
4.	Corrupção ativa em transação comercial internacional	1153
4.1.	Considerações iniciais	1153
4.2.	Sujeitos do crime	1154
4.3.	Conduta.....	1155
4.4.	Voluntariedade	1155
4.5.	Consumação e tentativa	1155
4.6.	Majorante de pena	1156
4.7.	Ação penal	1156
5.	Tráfico de influência em transação comercial internacional	1156
5.1.	Considerações iniciais	1156
5.2.	Sujeitos do crime	1156
5.3.	Conduta.....	1157
5.4.	Voluntariedade	1157

5.5.	Consumação e tentativa	1158
5.6.	Majorante de pena	1158
5.7.	Ação penal	1158
6.	Funcionário público estrangeiro	1158
6.1.	Considerações gerais.....	1158

CAPÍTULO II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 1159

1.	Introdução.....	1159
2.	Contratação direta ilegal	1160
2.1.	Considerações iniciais	1160
2.2.	Sujeitos do crime	1161
2.3.	Conduta.....	1161
2.4.	Voluntariedade	1164
2.5.	Consumação e tentativa	1166
2.6.	Ação penal	1168
3.	Frustração do caráter competitivo de licitação	1168
3.1.	Considerações iniciais	1168
3.2.	Sujeitos do crime	1168
3.3.	Conduta.....	1169
3.4.	Voluntariedade	1170
3.5.	Consumação e tentativa	1170
3.6.	Ação penal	1171
4.	Patrocínio de contratação indevida	1171
4.1.	Considerações iniciais	1171
4.2.	Sujeitos do crime	1171
4.3.	Conduta.....	1172
4.4.	Voluntariedade	1173
4.5.	Consumação e tentativa	1173
4.6.	Ação penal	1173
5.	Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.....	1173
5.1.	Considerações iniciais	1174
5.2.	Sujeitos do crime	1174
5.3.	Conduta.....	1175
5.4.	Voluntariedade	1178
5.5.	Consumação e tentativa	1178
5.6.	Ação penal	1179
6.	Perturbação de processo licitatório	1179
6.1.	Considerações iniciais	1179
6.2.	Sujeitos do crime	1179
6.3.	Conduta.....	1179
6.4.	Voluntariedade	1182
6.5.	Consumação e tentativa	1182
6.6.	Ação penal	1182
7.	Violação de sigilo em licitação	1182
7.1.	Considerações iniciais	1183
7.2.	Sujeitos do crime	1183

7.3.	Conduta.....	1183
7.4.	Voluntariedade	1184
7.5.	Consumação e tentativa	1184
7.6.	Ação penal	1184
8.	Afastamento de licitante	1185
8.1.	Considerações iniciais	1185
8.2.	Sujeitos do crime	1185
8.3.	Conduta.....	1186
8.4.	Voluntariedade	1187
8.5.	Consumação e tentativa	1187
8.6.	Ação penal	1188
9.	Fraude em licitação ou contrato	1188
9.1.	Considerações iniciais	1188
9.2.	Sujeitos do crime	1189
9.3.	Conduta.....	1189
9.4.	Voluntariedade	1192
9.5.	Consumação e tentativa	1192
9.6.	Ação penal	1193
10.	Contratação inidônea.....	1193
10.1.	Considerações iniciais	1193
10.2.	Sujeitos do crime	1194
10.3.	Conduta.....	1194
10.4.	Voluntariedade	1196
10.5.	Consumação e tentativa	1196
10.6.	Ação penal	1197
11.	Impedimento indevido.....	1197
11.1.	Considerações iniciais	1197
11.2.	Sujeitos do crime	1198
11.3.	Conduta.....	1199
11.4.	Voluntariedade	1200
11.5.	Consumação e tentativa	1200
11.6.	Ação penal	1200
12.	Omissão grave de dado ou de informação por projetista.....	1200
12.1.	Considerações iniciais	1201
12.2.	Sujeitos do crime	1201
12.3.	Conduta.....	1201
12.4.	Voluntariedade	1204
12.5.	Consumação e tentativa	1204
12.6.	Ação penal	1204
13.	Pena de multa	1204

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA 1205

1.	Introdução.....	1205
2.	Reingresso de estrangeiro expulso	1205
2.1.	Considerações iniciais	1206
2.2.	Sujeitos do crime	1206
2.3.	Conduta.....	1206

2.4.	Voluntariedade	1207	7.7.	Extinção da punibilidade.....	1238
2.5.	Consumação e tentativa	1207	7.8.	Ação penal	1240
2.6.	Ação penal	1208	7.9.	Princípio da especialidade	1240
3.	Descumprimento de medidas protetivas de urgência.....	1208	8.	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete	1241
3.1.	Considerações iniciais	1208	8.1.	Considerações iniciais	1241
3.2.	Sujeitos do crime	1209	8.2.	Sujeitos do crime	1242
3.3.	Conduta.....	1209	8.3.	Conduta.....	1242
3.4.	Voluntariedade	1211	8.4.	Voluntariedade	1243
3.5.	Consumação e tentativa	1211	8.5.	Consumação e tentativa	1243
3.6.	Ação penal	1212	8.6.	Majorante de pena	1243
3.7.	Princípio da especialidade	1212	8.7.	Ação penal	1243
4.	Denúnciação caluniosa.....	1212	8.8.	Princípio da especialidade	1243
4.1.	Considerações iniciais	1212	9.	Coação no curso do processo	1244
4.2.	Sujeitos do crime	1213	9.1.	Considerações iniciais	1244
4.3.	Conduta.....	1214	9.2.	Sujeitos do crime	1244
4.4.	Voluntariedade	1218	9.3.	Conduta.....	1244
4.5.	Consumação e tentativa	1219	9.4.	Voluntariedade	1246
4.6.	Majorante e minorante de pena.....	1221	9.5.	Consumação e tentativa	1247
4.6.1.	Majorante de pena	1221	9.6.	Majorante de pena	1247
4.6.2.	Minorante de pena: Denúnciação caluniosa de contravenção penal	1221	9.7.	Ação penal	1249
4.7.	Ação penal	1221	9.8.	Princípio da especialidade	1249
4.8.	Princípio da especialidade	1222	10.	Exercício arbitrário das próprias razões	1249
5.	Comunicação falsa de crime ou de contravenção	1222	10.1.	Considerações iniciais	1250
5.1.	Considerações iniciais	1222	10.2.	Sujeitos do crime	1250
5.2.	Sujeitos do crime	1223	10.3.	Conduta.....	1251
5.3.	Conduta.....	1223	10.4.	Voluntariedade	1252
5.4.	Voluntariedade	1224	10.5.	Consumação e tentativa	1252
5.5.	Consumação e tentativa	1225	10.6.	Ação penal	1253
5.6.	Ação penal	1225	11.	Subtração, supressão ou danificação de coisa própria no legítimo poder de terceiro	1253
5.7.	Princípio da especialidade	1225	11.1.	Considerações iniciais	1254
6.	Autoacusação falsa.....	1226	11.2.	Sujeitos do crime	1254
6.1.	Considerações iniciais	1226	11.3.	Conduta.....	1254
6.2.	Sujeitos do crime	1226	11.4.	Voluntariedade	1255
6.3.	Conduta.....	1226	11.5.	Consumação e tentativa	1256
6.4.	Voluntariedade	1227	11.6.	Ação penal	1256
6.5.	Consumação e tentativa	1228	12.	Fraude processual	1256
6.6.	Ação penal	1228	12.1.	Considerações iniciais	1256
6.7.	Princípio da especialidade	1228	12.2.	Sujeitos do crime	1256
7.	Falso testemunho ou falsa perícia.....	1229	12.3.	Conduta.....	1257
7.1.	Considerações iniciais	1229	12.4.	Voluntariedade	1258
7.2.	Sujeitos do crime	1230	12.5.	Consumação e tentativa	1258
7.3.	Conduta.....	1232	12.6.	Majorante	1259
7.4.	Voluntariedade	1234	12.7.	Ação penal	1259
7.5.	Consumação e tentativa	1234	12.8.	Princípio da especialidade	1259
7.6.	Majorantes de pena.....	1237	13.	Favorecimento pessoal	1260
			13.1.	Considerações iniciais	1260
			13.2.	Sujeitos do crime	1260

13.3. Conduta.....	1261	19.7. Princípio da especialidade	1280
13.4. Voluntariedade	1263	20. Motim de presos	1280
13.5. Consumação e tentativa	1263	20.1. Considerações iniciais	1280
13.6. Escusa absolutória	1263	20.2. Sujeitos do crime	1281
13.7. Ação penal	1264	20.3. Conduta.....	1281
13.8. Princípio da especialidade	1264	20.4. Voluntariedade	1282
14. Favorecimento real	1264	20.5. Consumação e tentativa	1282
14.1. Considerações iniciais	1264	20.6. Ação penal	1282
14.2. Sujeitos do crime	1264	20.7. Princípio da especialidade	1282
14.3. Conduta.....	1265	21. Patrocínio infiel	1282
14.4. Voluntariedade	1266	21.1. Considerações iniciais	1283
14.5. Consumação e tentativa	1267	21.2. Sujeitos do crime	1283
14.6. Ação penal	1267	21.3. Conduta.....	1283
14.7. Princípio da especialidade	1267	21.4. Voluntariedade	1284
15. Introdução de aparelho de comunicação, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.....	1267	21.5. Consumação e tentativa	1285
15.1. Considerações iniciais	1268	22. Patrocínio simultâneo ou tergiversação.....	1285
15.2. Sujeitos do crime	1269	22.1. Considerações gerais.....	1285
15.3. Conduta.....	1269	23. Ação penal (Patrocínio infiel e Patrocínio si- multâneo ou tergiversação)	1286
15.4. Voluntariedade	1270	24. Sonegação de papel ou objeto de valor pro- batório.....	1286
15.5. Consumação e tentativa	1270	24.1. Considerações iniciais	1286
15.6. Ação penal	1271	24.2. Sujeitos do crime	1286
16. Exercício arbitrário ou abuso de poder.....	1271	24.3. Conduta.....	1287
17. Fuga de pessoa presa ou submetida a medi- da de segurança	1271	24.4. Voluntariedade	1288
17.1. Considerações iniciais	1272	24.5. Consumação e tentativa	1288
17.2. Sujeitos do crime	1272	24.6. Ação penal	1288
17.3. Conduta.....	1272	24.7. Princípio da especialidade	1288
17.4. Voluntariedade	1274	25. Exploração de prestígio.....	1289
17.5. Consumação e tentativa	1274	25.1. Considerações iniciais	1289
17.6. Qualificadoras	1274	25.2. Sujeitos do crime	1289
17.7. Ação penal	1275	25.3. Conduta.....	1289
17.8. Princípio da especialidade	1275	25.4. Voluntariedade	1290
18. Evasão mediante violência contra pessoa	1275	25.5. Consumação e tentativa	1291
18.1. Considerações iniciais	1275	25.6. Majorante de pena	1291
18.2. Sujeitos do crime	1276	25.7. Ação penal	1291
18.3. Conduta.....	1276	25.8. Princípio da especialidade	1291
18.4. Voluntariedade	1277	26. Violência ou fraude em arrematação judicial	1291
18.5. Consumação e tentativa	1277	26.1. Considerações iniciais	1292
18.6. Ação penal	1278	26.2. Sujeitos do crime	1292
18.7. Princípio da especialidade	1278	26.3. Conduta.....	1292
19. Arrebatamento de preso.....	1278	26.4. Voluntariedade	1293
19.1. Considerações iniciais	1278	26.5. Consumação e tentativa	1293
19.2. Sujeitos do crime	1279	26.6. Ação penal	1293
19.3. Conduta.....	1279	27. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	1293
19.4. Voluntariedade	1279	27.1. Considerações iniciais	1293
19.5. Consumação e tentativa	1280	27.2. Sujeitos do crime	1294
19.6. Ação penal	1280	27.3. Conduta.....	1294

27.4. Voluntariedade	1295	7.5. Consumação e tentativa	1311
27.5. Consumação e tentativa	1295	7.6. Ação penal	1311
27.6. Ação penal	1295	8. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.....	1311
27.7. Princípio da especialidade	1295	8.1. Considerações iniciais	1311
CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	1295	8.2. Sujeitos do crime	1312
1. Introdução.....	1295	8.3. Conduta.....	1312
2. Contratação de operação de crédito.....	1296	8.4. Voluntariedade	1313
2.1. Considerações iniciais	1296	8.5. Consumação e tentativa	1313
2.2. Sujeitos do crime	1296	8.6. Ação penal	1313
2.3. Conduta.....	1297	9. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	1313
2.4. Voluntariedade	1298	9.1. Considerações iniciais	1313
2.5. Consumação e tentativa	1298	9.2. Sujeitos do crime	1314
2.6. Crimes semelhantes	1299	9.3. Conduta.....	1314
2.7. Ação penal	1299	9.4. Voluntariedade	1314
3. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	1299	9.5. Consumação e tentativa	1315
3.1. Considerações iniciais	1300	9.6. Ação penal	1315
3.2. Sujeitos do crime	1300	TÍTULO XII	
3.3. Conduta.....	1300	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁ- TICO DE DIREITO.....	1317
3.4. Voluntariedade	1301	1. A natureza jurídica dos crimes contra o es- tado democrático de direito (ou por que na democracia não há presos políticos).....	1317
3.5. Consumação e tentativa	1301	1.1. O ocaso das leis de segurança nacio- nal	1317
3.6. Ação penal	1302	1.2. Na democracia, os crimes do Título XII do Código Penal não são políticos .	1319
4. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	1302	1.2.1. Breves apontamentos sobre a noção de crime político	1320
4.1. Considerações iniciais	1302	1.2.2. Crimes políticos e sua depen- dência do contexto não demo- crático	1323
4.2. Sujeitos do crime	1302	1.2.3. Conclusão: só há presos políti- cos em ditaduras.....	1332
4.3. Conduta.....	1303	CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL	1333
4.4. Voluntariedade	1304	1. Atentado à soberania	1333
4.5. Consumação e tentativa	1305	1.1. Considerações iniciais	1333
4.6. Ação penal	1305	1.2. Sujeitos do crime	1334
5. Ordenação de despesa não autorizada.....	1305	1.3. Conduta.....	1335
5.1. Considerações iniciais	1305	1.4. Voluntariedade	1339
5.2. Sujeitos do crime	1305	1.5. Consumação e tentativa	1339
5.3. Conduta.....	1306	1.6. Majorante	1340
5.4. Voluntariedade	1307	1.7. Ação penal	1341
5.5. Consumação e tentativa	1307	1.8. Direito intertemporal	1341
5.6. Ação penal	1307	2. Atentado à integridade nacional.....	1342
6. Prestação de garantia graciosa.....	1307	2.1. Considerações iniciais	1343
6.1. Considerações iniciais	1307	2.2. Sujeitos do crime	1343
6.2. Sujeitos do crime	1308		
6.3. Conduta.....	1308		
6.4. Voluntariedade	1309		
6.5. Consumação e tentativa	1309		
6.6. Ação penal	1309		
7. Não cancelamento de restos a pagar.....	1309		
7.1. Considerações iniciais	1309		
7.2. Sujeitos do crime	1310		
7.3. Conduta.....	1310		
7.4. Voluntariedade	1311		

2.3. Conduta.....	1343	3.2. Sujeitos do crime	1376
2.4. Voluntariedade	1344	3.3. Conduta.....	1377
2.5. Consumação e tentativa	1344	3.4. Voluntariedade	1379
2.6. Ação penal	1345	3.5. Consumação e tentativa	1379
2.7. Direito intertemporal	1345	3.6. Ação penal	1379
3. Espionagem.....	1345	3.7. Direito Intertemporal.....	1379
3.1. Considerações iniciais	1346	4. Ação penal privada subsidiária	1380
3.2. Sujeitos do crime	1347	4.1. Considerações iniciais	1380
3.3. Conduta.....	1347		
3.4. Voluntariedade	1355		
3.5. Consumação e tentativa	1355		
3.6. Qualificadora.....	1356		
3.7. Causas de exclusão da tipicidade.....	1357		
3.8. Ação penal	1358		
3.9. Direito intertemporal	1358		
CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1360	CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	1380
1. Abolição violenta do estado democrático de direito	1360	1. Sabotagem	1380
1.1. Considerações iniciais	1360	1.1. Considerações iniciais	1380
1.2. Sujeitos do crime	1361	1.2. Sujeitos do crime	1381
1.3. Conduta.....	1361	1.3. Conduta.....	1381
1.4. Voluntariedade	1363	1.4. Voluntariedade	1382
1.5. Consumação e tentativa	1363	1.5. Consumação e tentativa	1382
1.6. Ação penal	1363	1.6. Ação penal	1383
1.7. Direito intertemporal	1363	1.7. Direito intertemporal	1383
2. Golpe de estado	1367		
2.1. Considerações iniciais	1367	CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A CIDADANIA	1385
2.2. Sujeitos do crime	1368	1. Atentado a direito de manifestação	1385
2.3. Conduta.....	1368	1.1. Considerações iniciais	1385
2.4. Voluntariedade	1369		
2.5. Consumação e tentativa	1369	CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES COMUNS	1385
2.6. Ação penal	1370	1. Exclusão do crime.....	1385
2.7. Direito intertemporal	1370	2. Causas de aumento de pena	1386
CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL....	1370	3. Título XII do Código Penal e questões rela- cionadas aos crimes do Código Penal Militar, da Lei de Terrorismo e da Lei de Segurança Nacional	1387
1. Interrupção do processo eleitoral	1370	3.1. O Título XII do CP e crimes similares do Código Penal Militar.....	1387
1.1. Considerações iniciais	1371	3.1.1. Tipos do Código Penal Militar e seu conflito com a Lei de Segu- rança Nacional (Lei 7.170/83)..	1388
1.2. Sujeitos do crime	1371	3.1.2. Crimes contra o Estado Demo- crático de Direito cometidos por militar	1399
1.3. Conduta.....	1371	3.2. A ausência de qualquer reflexo do crime de sabotagem do Título XII do Código Penal na Lei de Terrorismo.....	1406
1.4. Voluntariedade	1372	3.3. Dispositivos da Lei de Segurança Nacional sem correspondência na Lei n. 14.197/2021: casos de abolição crimínica ou de continuidade normati- vo-típica	1407
1.5. Consumação e tentativa	1372		
1.6. Ação penal	1373	BIBLIOGRAFIA.....	1411
2. Comunicação enganosa em massa	1373		
2.1. Considerações iniciais	1373		
3. Violência política	1374		
3.1. Considerações iniciais	1374		

ÍNDICE DE PERGUNTAS

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	45
☒ Quando se inicia a vida extrauterina?	49
☒ Quando se inicia o parto?	49
☒ O agente que, sabendo ser portador do vírus HIV, oculta a doença da parceira e com ela mantém conjunção carnal, pratica qual crime?	53
☒ A vingança é motivo torpe?	60
☒ O homicídio praticado contra guardas civis (municipais ou metropolitanos) está abrangido na qualificadora do inciso VII do § 2º do art. 121?	68
☒ E o homicídio praticado contra agentes de segurança viária, está no âmbito da qualificadora?	68
☒ E quanto ao homicídio praticado contra agentes de polícia do Congresso Nacional, pode-se afirmar que atrai a qualificadora?	68
☒ O homicídio de agente de segurança ou integrante do sistema de justiça aposentado faz incidir a qualificadora?	71
☒ No caso de homicídio qualificado-privilegiado surge uma pergunta: o crime será hediondo? ..	79
☒ Quantas pessoas devem, no mínimo, integrar o “grupo” de extermínio ou a milícia privada? ...	80
☒ Quando um grupo de extermínio (ou milícia privada) promove matança, os agentes respondem somente por homicídio majorado (art. 121, § 6º) ou em concurso com o delito de formação de tais grupos criminosos (art. 288-A)?	81
☒ A conduta daquele que limpa arma carregada próximo de crianças, vindo, acidentalmente, a acioná-la e matar o infante, seria um caso de negligência ou imprudência? O médico responsável pela morte de seu paciente em consequência de uma intervenção cirúrgica que ele empreende sem perfeito domínio da técnica configura imperícia ou negligência?	82
☒ Pode figurar como vítima do feminicídio pessoa transexual?	89
☒ Que crime estaria caracterizado no caso daquele que induziu ou instigou o ofendido ao suicídio e no momento culminante do ato acabou interferindo na sua execução?	103
☒ Existindo um sobrevivente, pergunta-se: foi ele quem abriu a válvula de gás?	110
☒ Para que incida a majorante do art. 127 do CP não é indispensável que o aborto se consuma. Basta que a gestante sofra lesão grave ou que venha a morrer. Essa conclusão decorre do próprio texto da lei, que determina o acréscimo quando as lesões graves ou a morte constituem consequências do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo. Neste caso, o agente responderá por tentativa de aborto qualificado? Seria uma exceção à regra de que não cabe tentativa em crime preterdoloso?	126
☒ No crime de perigo de contágio venéreo (art. 130 do CP), como tratar a situação em que da prática do ato de libidinagem ocorre o contágio da vítima, resultado que não faz parte da vontade do agente?	169
☒ Agente que, buscando apenas amedrontar o seu desafeto, contra ele atira com arma de fogo, expondo a sua vida a risco real e concreto, por qual crime responde?	175

☒	Se a morte do periclitante for inevitável, responderá o agente pela omissão do comportamento devido, apesar de este não ter a capacidade de evitar o resultado danoso?.....	188
☒	E se a exigência ocorrer num atendimento de urgência (e não de emergência)?.....	192
☒	Admite-se concurso de crimes?.....	208
☒	Imputar a pessoa jurídica fatos criminosos sabidamente inverídicos, capazes de abalar o seu crédito e a confiança exigida pelo mercado, configura calúnia?.....	210
☒	A autocalúnia é punida?.....	211
☒	A autoinjúria é crime?	222
☒	Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	226
☒	É cabível o perdão judicial (§ 1º) na injúria qualificada por preconceito?.....	230
☒	Para a configuração da majorante do art. 141, III, computa-se a vítima do crime contra a honra?	233
☒	É possível constranger ilegalmente alguém por meio da omissão?	250
☒	Os casos de desaparecimento forçado de pessoas se inserem adequadamente no tipo penal do sequestro e cárcere privado?	284
☒	Sabendo-se que a ação penal do rapto era, em regra, de iniciativa privada, e a do sequestro qualificado pela finalidade libidinosa, pública incondicionada, com a alteração trazida pela Lei 11.106/05, devem os fatos ser descritos em queixa-crime, oferecida pela vítima, ou em denúncia, proposta pelo Ministério Público?	288
☒	Classificado expressamente pelo Código como crime contra a liberdade individual, de quem é a competência para o processo e julgamento do crime de redução a condição análogo à de escravo?.....	290
☒	O consentimento do ofendido exclui o crime de tráfico de pessoas?.....	297
☒	A invasão de redes sociais pode caracterizar o crime do art. 154-A do CP?.....	340
☒	Se o agente invade o computador da vítima para descobrir sua senha e subtrai valores de sua conta bancária, pratica qual crime?	343

TÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 347

☒	O proprietário, subtraindo coisa sua que se encontra na legítima posse de terceiro, pratica qual infração penal?.....	348
☒	A subtração de objetos deixados dentro de uma sepultura configura qual crime?	351
☒	O furto famélico (para saciar a fome) é crime?.....	352
☒	Nélson Hungria formula a seguinte hipótese, comum na prática: o indivíduo, visando “surrupiar” dinheiro do bolso da calça de transeunte, se depara com a algibeira vazia. Haverá, no caso, tentativa punível ou crime impossível (art. 17 do CP)?.....	353
☒	A instalação de sistema de vigilância pode tornar impossível a consumação do furto?.....	354
☒	O § 1º do art. 155 aumenta a pena de um terço se o crime é praticado durante o repouso noturno. O que significa “repouso noturno”?	355
☒	Sabendo que o rompimento de obstáculo para qualificar o crime há de ser exterior à coisa subtraída, lembra a doutrina que se a violência for exercida contra o próprio objeto visado não incide a qualificadora. Seguindo essa lição, temos que o rompimento do vidro do veículo constitui violência contra a própria coisa objeto da subtração, não qualificando o furto (RT	

80/264). Daí surge a inevitável indagação: se destruir o vidro não qualifica o delito quando a coisa visada é o próprio veículo, será que qualifica no caso de se visar a subtração do seu aparelho de som?	364
☒ Aplica-se o princípio da insignificância quando o furto é qualificado por alguma das circunstâncias do § 4º?	371
☒ O que se entende por “semovente domesticável de produção” para fins do crime de furto de animal?	381
☒ O sócio de fato pode cometer o crime do art. 156 do CP?	384
☒ Como tratar o caso do agente que, por erro, subtrai coisa comum pensando ser alheia?	385
☒ O que são valores?	400
☒ De quem é a competência para julgar o crime de roubo cometido contra os Correios?	400
☒ No crime de latrocínio, havendo pluralidade de vítimas numa só subtração há também pluralidade de crimes?	412
☒ Pessoa jurídica pode ser vítima do crime de extorsão mediante sequestro?	423
☒ A supressão ou alteração de marca ou sinal indicativo de propriedade em um único animal pertencente ao rebanho configura o crime do art. 162 do CP?	439
☒ O condômino pode praticar o crime de dano?	441
☒ Fazer desaparecer, dolosamente, um pássaro doméstico da vigilância do seu dono configura dano?	442
☒ Essa discussão não é meramente acadêmica, apresentando real interesse prático. Por exemplo, preso que danifica a cela para fugir pratica o crime?	443
☒ Constitui o crime de dano contra o patrimônio da União a conduta de carimbar ou inserir imagens ou inscrições em cédulas de papel-moeda?	447
☒ É possível apropriação indébita de coisa fungível?	454
☒ Admite-se o princípio da insignificância no crime de apropriação indébita?	456
☒ Será que todas as hipóteses são alcançadas pela majorante em estudo?	456
☒ A fraude bilateral (má-fé do agente e da vítima) exclui o crime?	482
☒ O denominado “estelionato judicial” se insere no art. 171 do CP?	484
☒ Quando o agente, mediante engodo, consegue obter da vítima, não dinheiro ou coisa de valor econômico imediato, mas um título de crédito (ex.: nota promissória ou um cheque), tem-se crime consumado ou tentado?	486
☒ Emissão de cheque sem fundos para pagamento de dívida de jogo configura o crime?	496
☒ O que se deve entender por pequeno valor?	497
☒ O privilégio, no crime de estelionato, aplica-se somente ao “caput” do art. 171 do CP, ou também às formas equiparadas trazidas no parágrafo seguinte (§ 2º)?	497
☒ A fraude configuradora do crime do art. 179 do CP pode ocorrer a qualquer tempo ou pressupõe processo civil já está instaurado (em fase de execução ou cognitiva)?	549
☒ Existe receptação (própria ou imprópria) de coisa produto de ato infracional?	554
☒ Pergunta-se: é possível receptação qualificada privilegiada?	563
☒ A escusa absolutória é aplicável também na união estável e no contrato de namoro?	570
☒ Aplicam-se as escusas absolutórias na violência patrimonial cometida contra a mulher no âmbito doméstico e familiar?	573

TÍTULO III	
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	579
TÍTULO IV	
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	593
☒ Pessoa jurídica pode ser vítima do crime de boicotagem violenta?	597
☒ O médico que continua a exercer a profissão após ter sua inscrição cancelada no Conselho Federal de Medicina pratica o delito do art. 205 (exercício e atividade com infração de decisão administrativa) ou do art. 282 (exercício ilegal da medicina)?	611
☒ Por fim, indaga-se: qual o sentido do termo trabalhadores?	613
TÍTULO V	
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	617
TÍTULO VI	
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL-	633
☒ Qual o tratamento jurídico para o denominado “stealthing”?	641
☒ A prática de conjunção carnal seguida de atos libidinosos (sexo anal, por exemplo) gera pluralidade de delitos?	644
☒ É possível assédio sexual praticado por professor em face de aluno? De bispo para com o sacerdote?	657
☒ Existe o crime de assédio sexual se o empregador constrange sua subalterna para favorecer sexualmente seu filho (do empregador)?	658
☒ De quem é a competência para julgar o crime do art. 217-A que vitima a criança ou o adolescente?	666
☒ No crime do art. 218-A do CP, exige-se a presença física (in loco) da criança ou do adolescente?	681
☒ A prostituta pode ser vítima do delito do art. 218-B?	686
☒ Há facilitação de prostituição na conduta do agente que mantém página na internet em que prostitutas anunciam seus serviços?	687
☒ E se a vítima for pessoa menor de 18 anos de idade?	694
☒ Diante da mudança na regra da ação penal dos crimes sexuais, os fatos anteriores que dependiam de representação continuam vinculados à condição de procedibilidade ou o Ministério Público pode oferecer denúncia independentemente de iniciativa da vítima?	706
☒ Como encarar a micção em público? É crime ou indiferente penal?	732
☒ Sabendo que a mulher pode ser sujeito ativo de estupro, tendo um homem como vítima, haverá o aumento de pena previsto no art. 234-A do CP quando, nessa condição, engravidar?	738
☒ A autora do crime sexual, engravidando em face do estupro que praticou, pode abortar legalmente, nos termos do art. 128, II, do CP?	739
TÍTULO VII	
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	743
☒ <i>Por fim, sabendo-se que o crime de bigamia é antecedido de declaração falsa do agente a respeito do seu estado civil no processo de habilitação, fica a pergunta: o crime de falsidade fica absorvido pelo de bigamia?</i>	<i>747</i>

TÍTULO VIII**DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA 789**

- ☒ E como interpretar o uso de gás lacrimogêneo pela polícia?..... 800
- ☒ O conhecido “surf ferroviário” (jovens se equilibrando sobre a composição do trem em andamento) configura o crime do art. 260 do CP?..... 816
- ☒ O movimento de greve pode configurar o crime do art. 265 do CP? 828
- ☒ A revogação da norma sanitária retroage para tornar o fato atípico?..... 839
- ☒ O fornecimento de substância medicinal de melhor qualidade que a receitada configura o crime do art. 280 do CP?..... 866

TÍTULO IX**DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA..... 879**

- ☒ Apologia de crime culposos é típica?..... 888
- ☒ É possível uma pessoa pertencer a mais de uma associação criminosa?..... 891
- ☒ Quantas pessoas devem, no mínimo, integrar o grupo (no caso, organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão)?..... 899

TÍTULO X**DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA 905**

- ☒ A substituição de fotografia em documento público configura o crime do art. 297 do CP? 934
- ☒ A simulação, estabelecida no Código Civil como causa de nulidade do negócio jurídico, dá ensejo à falsidade ideológica? 944
- ☒ Como caracterizar a conduta daquele que abusa do papel em branco assinado? 945
- ☒ Se o agente se irroga falsa identidade para afastar de si a responsabilidade por eventual prática criminosa, comete o crime do art. 307 do CP? 972
- ☒ A adulteração da placa de veículo semirreboque configura o crime do art. 311 do CP? 982
- ☒ A simples substituição de placas de um veículo pelas de outro (sem adulterar ou remarcar número) configura o crime?..... 984
- ☒ Qual a imputação contra o motorista que pratica homicídio culposos na direção de veículo automotor sem placas ou com as placas falsas ou adulteradas? 987

TÍTULO XI**DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 993**

- ☒ Realmente aqui a conduta do servidor se mostra ainda mais censurável, demonstrando um atrevimento incomum. Da simples leitura do parágrafo em estudo, nasce a pergunta: será que prefeitos, governadores e presidente da República, quando autores de crimes funcionais, estão inevitavelmente compreendidos na majorante? 1003
- ☒ A posse abrangeria também a mera detenção?..... 1009
- ☒ Há peculato no recebimento da remuneração pelo funcionário “fantasma”, que é nomeado, mas não comparece para trabalhar?..... 1011
- ☒ Há peculato na conduta do funcionário público que, cedendo a pedido de particular, aplica-lhe vacina contra as diretrizes estabelecidas pelos órgãos administrativos superiores? 1011
- ☒ Há crime de peculato quando o agente público com poder de nomeação recebe parte do salário dos funcionários nomeados? 1012

☒	Haverá o crime de peculato culposo se o agente público negligente concorre para a prática de delito não funcional, como, por exemplo, um furto?	1018
☒	De quem é a competência para julgar o crime de concussão cometido pelo médico servidor do SUS?	1032
☒	Haverá o crime de concussão quando a indevida vantagem exigida é para a própria administração pública?	1034
☒	É possível praticar corrupção passiva por omissão?	1042
☒	E se o funcionário, ao invés de apenas permitir o acesso ao aparelho, pessoalmente entregá-lo ou, então, deixar de retirar do preso aparelho que já está em sua posse? Prática o crime do art. 319-A do CP?	1055
☒	Aquele que se intitula detetive particular e se dispõe a fazer “investigações” pratica o delito de usurpação de função pública?	1079
☒	Nos termos do disposto no § 2º, as penas do artigo 329 do CP são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência (lesão corporal ou homicídio). Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	1085
☒	Comete crime de desobediência o motorista que descumpra a ordem de parada?	1090
☒	Sabe-se que o STF consolidou o entendimento de que a constituição definitiva do crédito tributário, nos crimes materiais contra a ordem tributária, é condição para a tipicidade (súmula vinculante nº 24). Daí surge a questão: isso se estende ao descaminho? A resposta pressupõe a solução de outra indagação: o descaminho é crime formal ou material?	1116
☒	Instalou-se a dúvida: a análise da insignificância devia considerar a Lei 10.522/02 (R\$ 10.000,00) ou a Portaria 75/12 (R\$ 20.000,00)?	1118
☒	Uma sucessão de normas sobre o assunto, além de causar o cancelamento da Súmula 560 do STF (“a extinção da punibilidade, pelo pagamento do tributo devido, estende-se ao crime de contrabando ou descaminho, por força do art. 18, § 2º, do Decreto-lei 157/67”), provocou séria dúvida na doutrina e na jurisprudência: será que o recolhimento oportuno do tributo sonogado extingue a punibilidade do delito de descaminho?	1124
☒	Admite-se o princípio da insignificância no contrabando?	1128
☒	Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	1133
☒	E se houver o pagamento da contribuição social sonogada posterior à ação fiscal, porém antes do recebimento da denúncia?	1145
☒	Será possível a denúncia caluniosa contra os mortos?	1217
☒	O propósito de autodefesa exclui o crime de denúncia caluniosa?	1219
☒	Comunicação falsa de crime (ou contravenção) perante policiais militares configura o ilícito em estudo?	1223
☒	Surge então a inevitável pergunta: a comunicação falsa será absorvida pelo estelionato ou o agente responderá pelos dois crimes, em concurso?	1225
☒	O crime do art. 342 admite o concurso de agentes?	1231
☒	Mas, que é a verdade?	1232
☒	Processo anulado faz desaparecer falso testemunho?	1233
☒	De quem é a competência para julgar o falso testemunho cometido em depoimento prestado na Justiça Eleitoral, na Justiça do Trabalho e na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios?	1236
☒	A lei, referindo-se a sentença, fomenta a dúvida: será a de primeira instância ou a definitiva? ..	1239
☒	Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	1247

☒ De quem é a competência para julgar o crime de coação no curso do processo cometido no âmbito da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho?	1247
☒ E se o agente foi absolvido por falta de provas, aquele que o auxiliou a subtrair-se da ação da autoridade responde pelo favorecimento pessoal?	1262
☒ Mas qual será o número mínimo de presos em levante para configurar o delito do art. 354 do CP?	1281

TÍTULO XII

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	1317
--	-------------

BIBLIOGRAFIA.....	1411
--------------------------	-------------